



Triplo nexu em Cabo Delgado

Para conectar a acção humanitária com a promoção do desenvolvimento e a construção da paz para o fortalecimento da agenda local em Cabo Delgado, Moçambique



Informativo de Ayuda en
Acción **Coordenação**
Andrés Roure Cuzzoni

Fotos

Ayuda En Acción
Moçambique Gernika
Gogoratuz
Centro de InvestigaçãO Pela Paz



Elaborado por:

Gernika Gogoratuz Centro de InvestigaçãO pela Paz
Ayuda En Acción Moçambique

Autores:

Teresa Cunha
Alberto Ernesto
Hermenegildo Sira Rogério
Jokin Alberdi
Arlete Xavier
Júlia Carlos
Rosa Muthemba
Rábio Sete

Revisão ortográfica Português

Teresa Cunha

Índice de conteúdos

1 Sumário executivo	6
2 Introdução e contexto do estudo	10

Segundo o Instituto Nacional do Petróleo de Moçambique	11
Segurança e logística	14
Transportes Marítimos	15
Investimento de Sucesso MOFID e SMOCKI	15

3 Conhecimento situado em análise do contexto As/os ricos/os miseráveis	18
---	----

Conhecimento situado em análise do contexto As/os ricos/os miseráveis	19
---	----

4 Análise crítica do conflito armado em Cabo	21
5 As deslocações internas e os seus impactos	25

Uma guerra que se está a tornar crónica e a normalizar a violência extrema	29
O ecocídio ou a guerra contra a Terra	30
Análise das dinâmicas dos actores	31
Principais doadores que estão alinhados com os planos e as agências governamentais e internacionais:	33

Com esta abordagem encontrámos várias iniciativas sobre o Triplo Nexo em Cabo Delgado	36
<hr/>	
6 O projecto do Triplo Nexo e a sua investigação-acção participativa (IAP) em Cabo Delgado	39
<hr/>	
Os objectivos do projecto	40
Uma investigação-acção participativa: pressupostos, princípios teórico-éticos, equipa, dispositivo e ferramentas	42
Pressupostos	43
Princípios teórico-éticos	44
Descolonizar a linguagem da pesquisa	46
Constrangimentos encontrados e soluções postas em prática	54
Dispositivo actividades e ferramentas	56
Avaliação de seguimento: o caso de Mapupulo	61
<hr/>	
7 Reflexões, análise e aprendizagens	75
<hr/>	
Limites e ausências dos debates mainstream sobre o Triplo Nexo (3N)	76
Limites	76
Ausências	80
A importância dos recursos culturais endógenos e dos estatutos sociais	87
<hr/>	
8 Recomendações	95
<hr/>	
A nível político	96

Para o desenvolvimento como Viver Bem	96
Para garantir um lugar central das mulheres no 3N	97
A nível epistemológico e conceptual	97
Para a construção da Paz	98
Considerações finais	99

1 Sumário executivo



Embora haja uma visão dominante, o conceito de Triplo Nexo pode ser pensado de diferentes formas de agir. Os debates sobre o duplo nexo da ajuda de emergência e da reabilitação pós- guerra/desenvolvimento (abordagens **VARD**) começaram na década de 1980, embora os seus escassos resultados tenham levado a comunidade doadora a procurar soluções a partir do final da década de 1990. A eficácia da ajuda, a apropriação local dos processos de desenvolvimento, a resiliência comunitária, as análises e as abordagens sensíveis ao conflito (do no harm), a localização da ajuda são algumas das propostas de melhoria do sistema internacional de cooperação. A inclusão da paz nos debates sobre ação humanitária e desenvolvimento recebeu um impulso na Cimeira Humanitária ou «Grand Bargain» de 2016, que, com a Recomendação do **CAD/OCDE** de 2019¹, levou os actores da cooperação internacional a colocarem na sua agenda esta nova abordagem de uma tripla articulação. A visão dominante desta agenda aposta nos 3 Cs, ou seja, na melhoria da coerência, complementaridade e colaboração da acção humanitária, do desenvolvimento e da paz em contextos de emergências complexas e conflitos armados.

No entanto, existem múltiplas formas de conceber e entender a sobrevivência, o bem viver e o viver em paz, que transcendem estes debates sobre o triplo nexo. O projeto Para conectar a acção humanitária com a promoção do desenvolvimento e a construção da paz, a partir do fortalecimento da agenda local em Cabo Delgado, Moçambique, levado a cabo por um consórcio constituído pelo Centro de Investigação para a Paz Gernika Gogoratz e a Fundação Ayuda en Acción, em estreita colaboração com o Centro de Estudos e Acções para a Paz (**CEAP**) de Cabo Delgado, e financiado pela Agência Basca de Cooperação para o Desenvolvimento (Setembro de 2023 a Agosto de 2025), tem uma dupla visão. Por um lado, questiona os modelos de intervenção one size fits all definidos pelas agências da ONU e pelas ONG uma vez que não estão a dar resultados, na medida em que não respondem adequadamente às complexidades locais, nem contribuem para fortalecer a agência colectiva para enfrentar os problemas. Por outro lado, pretende contribuir para promover uma descolonização da ajuda internacional e que, a partir de uma crítica feminista, se avance também numa reconfiguração das relações de poder entre mulheres e homens e beneficie os sectores ou colectivos com menos poder e capacidade de decisão.

¹ <https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/OECD-LEGAL-5019>

Assim, foram definidos os seguintes objectivos, geral e específicos respectivamente:

- Implementar uma abordagem do triplo nexos, tendo em conta a capacidade e a agência dos actores locais, enfatizando o fortalecimento da coesão comunitária para a construção da paz e promovendo uma reflexão crítica sobre os desafios desta abordagem e a articulação de redes a nível local-global;
- Fortalecer as capacidades locais de investigação- acção comunitária nos domínios humanitário, de desenvolvimento e construção da paz, através de formação, seminários teóricos e estudos práticos em Cabo Delgado, no norte de Moçambique;
- Incorporar uma perspectiva local, feminista e decolonial nos debates teóricos e práticos das autoridades governamentais e da comunidade internacional na abordagem e implementação do triplo nexos nos contextos dos conflitos africanos. Assim, tendo como ponto de partida os objectivos acima enunciados e levando em conta o conhecimento acumulado pelo trabalho já desenvolvido na província de Cabo Delgado por todas as organizações envolvidas e actores locais aliados e, utilizando uma racionalidade de baixo-para-cima, foi realizada uma investigação-acção participativa no território cujos processos e resultados se apresentam neste documento.

Cabo Delgado é um território profundamente marcado por conflitos armados, nomeadamente a guerra de insurgência presente, que vive uma realidade de deslocação interna forçada de uma grande parte da sua população por razões de segurança, um baixíssimo índice de desenvolvimento humano apesar das suas enormes riquezas naturais e culturais, alvo de enormes projectos de extracção e exploração intensiva de todo o tipo de recursos presentes no território, assolado por recorrentes eventos climáticos extremos e limitados espaços de participação cívica. É, neste contexto complexo e, em muitos aspectos dramático, que a investigação-acção participativa sobre o Triplo Nexos em Cabo Delgado se levou a cabo. Partimos de um princípio fundamental: que a pesquisa além de participativa e com a ambição de agir no tecido social tivesse, no seu centro, os conhecimentos locais partilhados e a plena participação das mulheres, contribuindo para um pensamento crítico, feminista e descolonizador sobre o Triplo Nexos.

Este documento reflecte todo o processo da investigação-acção participativa (IAP) e não é meramente descritivo. Pelo contrário, ele procura dar conta das múltiplas e interrelacionadas etapas de uma co-construção de conhecimento que envolveu várias dezenas de pessoas ao longo de quinze meses. Nele se teoriza, se analisa, se descreve, se reflecte sobre cada etapa do caminho. Os nossos princípios teóricos, analíticos e práticos de uma descolonização feminista do pensamento implicaram, desde o início: abrir espaço para os termos próprios em que as pessoas dizem o mundo, especialmente as que mais silenciadas têm sido: as mulheres de todas as idades; tem que nos fazer silenciar para poder escutar e aprender a desaprender. Resulta daqui que toda a forma é conteúdo e, por isso, este documento usa uma linguagem inclusiva, dá conta dos limites e das ambiguidades que não conseguimos resolver. Este documento está estruturado da seguinte maneira:

Começamos com uma introdução que pretende problematizar a genealogia do presente projecto e como ele manifesta a coerência no quadro mais amplo de investigação longa, problematizadora e transformadora. Segue-se a Parte I dedicada a entender com a necessária profundidade o contexto, tanto do território como dos debates fundadores sobre o Triplo Nexo. Como se trata de conhecimento situado, não seria possível dispensar todas aquelas reflexões. Na Parte II construímos o quadro geral do processo de investigação-acção participativa mobilizando os conhecimentos e as aprendizagens que fomos fazendo juntas/os acerca do Triplo Nexo numa lógica de baixo-para-cima e de dentro-para-fora. Com eles e com elas fomos teorizando acerca dos limites, ausências, constrangimentos, desafios e apresentando as propostas de transformação de racionalidades e práticas que foram emergindo das tais vozes que nos dispusemos a ouvir com atenção e humildade epistemológica. A partir dos achados e reflexões ao longo de todo o trabalho realizado foram formuladas recomendações que estão no final e que abrangem os seguintes campos: o político, o desenvolvimento como Viver Bem; o lugar central das mulheres no 3N; a nível epistemológico e conceptual e a construção da paz. Terminamos com breves considerações finais.

2 Introdução e contexto do estudo



Do projecto Território em Conflito ao projecto Para conectar a acção humanitária com a promoção do desenvolvimento e a construção da paz para o fortalecimento da agenda local. O Centro de Investigação para a Paz Gernika Gogoratuz (GgG) liderou um projecto de investigação com o nome Territórios em Conflito (Fase I) que tinha como objectivo central o seguinte:

- Promover um processo de investigação, formação, acção e um processo de investigação e incidência em relação ao impacto que o modelo hegemónico neoliberal e patriarcal e os seus agentes principais, as empresas Transnacionais têm nos territórios;

Isto significava, entre outras coisas, aprofundar os conhecimentos, já acumulados por outras pesquisas anteriores, sobre a conflitualidade decorrente da contradição capital-vida tendo, como causa principal, a extracção intensiva de petróleo e gás off shore na bacia do Rovuma, no norte da província de Cabo Delgado, entre outras actividades baseadas em capital intensivo na área da exploração mineira.

As evidências encontradas foram muitas quanto à importância da implementação de um modelo de desenvolvimento totalmente baseado no extractivismo.

Segundo o Instituto Nacional do Petróleo de Moçambique²

A prospecção e pesquisa de hidrocarbonetos em Moçambique remontam desde os anos 1900 (...). Em 2010, foram efectuadas descobertas de gás natural na bacia sedimentar do Rovuma que elevaram Moçambique a escala de reservas mundiais. Estima-se cerca de 172 trilhões de pés cúbicos (Tscf), distribuídos em vários campos, sendo de destaque os campos Coral, Golfinho Atum e Mamba/Prosperidade, tendo iniciado em Outubro de 2022 a produção de gás natural liquefeito (GNL) no Campo Coral Sul, na Área - 4. Um total de 257 poços foram executados até à data em Moçambique. A informação referente aos poços contempla testemunhos de sondagem, amostras de Calha, diagrfias eléctricas e fluidos.

² <https://www.inp.gov.mz/hidrocarbonetos/>. Consulta realizada em 4 de Fevereiro de 2025



Figura 1 Mapa de exploração de hidrocarbonetos em Moçambique .

Para além dos hidrocarbonetos, como se pode verificar no mapa cadastral, uma boa parte do território também está concessionada para exploração mineira:

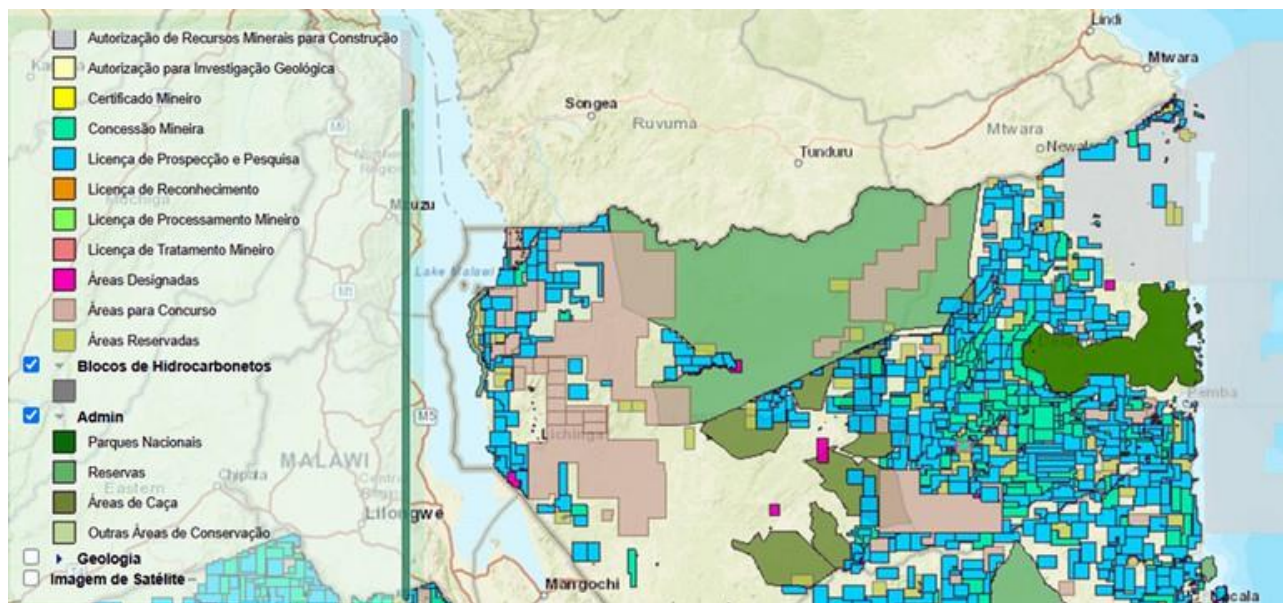


Figura 2 Mapa das concessões para exploração mineira em Cabo Delgado³

Estas actividades de extracção tiveram efeitos imediatos no tecido social, nos equilíbrios existentes de gestão de recursos e governação daqueles territórios. Começaram as expropriações de terras das/os camponeses, imposição de constrangimentos à pesca no mar e a progressiva presença, indesejada, de pessoas de outras regiões do país e do estrangeiro que, unilateralmente, começaram a decidir sobre os destinos do território e das populações. O projecto Territórios em Conflito começou no início de 2018 pouco depois dos primeiros ataques insurgentes (Outubro de 2017) no distrito de Mocímboa da Praia. Esta vila, não muito distante, situa-se a cerca de 62 km ao sul da cidade de Palma (a cerca de 345 km ao norte de Pemba a cidade capital), epicentro das movimentações de prospeccção e exploração das reservas de hidrocarbonetos, da construção de condições logísticas e de segurança para a extracção e transporte/exportação. Ao longo do trabalho de pesquisa a equipa de investigação foi percebendo que este conflito armado se tornava cada vez mais intenso e com impactos cada vez maiores no território e na vida das pessoas, apesar de as autoridades moçambicanas não admitirem que estava em curso uma guerra.

³ <https://portals.landfolio.com/mozambique/pt/>

Aos poucos, as evidências empíricas recolhidas no trabalho no campo mostravam que a contradição capital – vida, se expressava também na violência bélica cada vez mais complexa e, se constituía, como uma preocupação cada vez mais central para as/os habitantes locais. A progressiva consciencialização da centralidade da guerra na vida das pessoas e das suas íntimas relações com o modelo de desenvolvimento seguido pelo governo do país, assim como as evidências que, entretanto, já havíamos recolhido no terreno, fruto de uma virtuosa colaboração com uma equipa local de investigadoras/es sediada na Escola de Ética da Universidade Católica de Moçambique Campus de Pemba (Centro de Pesquisa e Observatório Social - CPOS) constituíram o primeiro ponto de viragem durante a fase II do projecto (2020 – 2021). Assim, o objectivo central desta segunda fase foi formulado nos seguintes termos: Colocar em evidência que o denominado conflito capital-vida representa que no mundo que habitamos os mercados se sobrepõem à sustentabilidade da vida.

Esta situação suscitou ainda o aparecimento de operações comerciais alimentadas pela guerra em curso ou que se beneficiam directa e indirectamente em situações de conflitos armados e de emergência humanitária. A nossa investigação identificou as seguintes⁴.

Segurança e logística

- Isco Global Limited⁵
- True North⁶
- Investigação Segurança Proteção
- DHL Security⁷
- G4S⁸

⁴ Environmental Investigation Agency (2024), *Embarcando florestas. Milhões de toneladas de madeira ilegal de Moçambique, incluindo madeira de conflito, são exportadas para a China para móveis de luxo*. Whashington DC: EIA.

⁵ <https://furtherafrica.com/2024/07/19/totalenergies-contract-rwandan-security-company-for-mozambican-project/>

⁶ <https://mz.linkedin.com/company/true-north-lda>

⁷ <https://www.dhl.com/pt-pt/home/global-forwarding.html?locale=true>

⁸ <https://www.g4s.com/>

- Control Risks⁹

Transportes Marítimos

- CMA-CGM¹⁰
- APL¹¹
- Maersk¹²
- MSC¹³
- **Exploração florestal**¹⁴
- MITI Ltd

Investimento de Sucesso MOFID e SMOCKI

Podemos ainda referir o aumento do volume de negócios de empresas locais de alimentação, fornecimento de materiais de construção e de logística. Para acomodar e responder à procura devido à enorme presença de funcionárias/os expatriadas/os os negócios de hotelaria e restauração também floresceram. Este boom económico em alguns sectores provocado, em simultâneo, pela exploração intensiva dos recursos naturais e pela guerra foi perfeitamente conjuntural, mas teve como impacto imediato o aumento exponencial do custo de vida para as populações sem ter tido, simetricamente, criado novos empregos.

Em Outubro de 2020, enquanto a guerra escalava em ataques cada vez mais organizados e letais, iniciou-se uma enorme crise humanitária com a fuga de centenas de milhares de pessoas que procuravam refúgio e segurança em outros pontos da província, especialmente na cidade de Pemba e seus arredores. Essa deslocação maciça

⁹ https://www.controlrisks.com/?utm_referrer=https://search.brave.com

¹⁰ <https://www.cma-cgm.com/>

¹¹ <https://www.apl.com/>

¹² <https://search.brave.com/search?q=Maersk>

¹³ <https://www.msc.com/es>

¹⁴ Ver este estudo sobre o comércio ilegal de madeira em Cabo Delgado

das populações continuou ao longo de 2021 e, com ela, chegaram ou reforçaram-se os contingentes de pessoal e os recursos de todas as agências especializadas das Nações Unidas. No mesmo sentido, as ONG internacionais instaladas no terreno, começaram a desenvolver actividades sistemáticas de acção humanitária para atender à urgência da conjuntura. Sucessivamente, foram chegando à província muitas outras ONGs internacionais alterando significativamente a vida social da capital¹⁵ e a dimensão das intervenções junto das populações deslocadas.

Por outro lado, tornava-se aparente que, uma boa parte das operações no terreno eram desenhadas e implementadas sem a participação das comunidades nem a valorização dos conhecimentos locais. Os modelos de intervenção obedeciam aos padrões definidos pelas agências e as ONG dentro de uma lógica de one size fits all. Além disso, começou-se a perceber que este tipo de procedimento não respondia, de forma adequada, às complexidades locais como não contribuía para promover as capacidades colectivas de enfrentamento dos problemas e de regeneração do tecido social.

Estas reflexões foram cruciais para que o turning point se consolidasse abrindo portas a novos entendimentos e colaborações estratégicas. Isto ficou patente nos produtos finais do projecto ¹⁶, em outros estudos subsequentes realizados em Cabo Delgado por membros da equipa¹⁷ e do estudo realizado por uma equipa de GgG para a Fundação Ayuda en Acción (AeA)¹⁸.

¹⁵ Não apenas em termos de número de estrangeiras/os mas também suscitou a abertura de negócios de hotelaria e restauração, fornecimento de bens alimentares, logística e, com tudo isso, o aumento do custo de vida para a população local.

¹⁶ Destacando-se: O estudo de caso sobre Cabo Delgado; o livro Claves para a construção de alternativas de vida; o material de formação, os planos dos cursos avançados, um documentário. Todos os materiais podem ser consultados e/ou descarregados gratuitamente aqui: <https://territoriolab.org/proyecto/>. De assinalar ainda um estudo feito por membros da equipa para a Fundação MASC de Moçambique sobre

¹⁷ Tais como: Teresa Cunha (coord.); Cunha, Tereza; da Silva, Terezinha (2021), O saber ocupa lugar. A construção da Paz e da Coesão Social em Cabo Delgado', Maputo: Fundação MASC, 171 páginas; Teresa Cunha (coord.); Cunha, Teresa (2021), 'Arrancando-nos da nossa terra, arrancam-nos as raízes e ficamos só no mundo. Um retrato da guerra em Cabo Delgado nas vozes das mulheres', Maputo: Fórum Mulher; Gernika Gogoratzuz; Centro de Estudos Sociais, 62; Teresa Cunha (coord.); Cunha, Teresa (2020), Já somos gente de pouca esperança, só vivemos Cabo Delgado e a guerra na vida das mulheres e raparigas, Maputo: FES - Fundação Friederich Ebert, 25.

¹⁸ Pode ser descarregado gratuitamente aqui: <https://ayudaenaccion.org/publicaciones/guerra-desplazamientos-forzados-y-respuestas-a-la-crisis-en-cabo-delgado/>

À crítica ao modelo de desenvolvimento juntaram-se reflexões sobre a guerra e as articulações entre os seguintes processos: a) a situação de emergência humanitária e as respostas a ela b) as relações entre respostas robustas à emergência e a necessidade de construir condições estruturais que contribuam para a recuperação do tecido e da coesão sociais e que garantam melhores condições de vida e de enfrentamento de novas crises humanitárias que poderão advir e c) e como estes dois pilares são parte dos alicerces dos processos de construção da paz. Estávamos, pois, perante o conceito do Triplo Nexo: ajuda humanitária – desenvolvimento – paz e foi a partir daí que este projecto tomou forma através de um Convénio assinado entre a Agência Basca para a Cooperação para o Desenvolvimento (financiadora), o Centro de Investigação para a Paz Gernika Gogoratuz e a Fundação Ayuda en Acción

3 Conhecimento situado em análise do contexto As/os ricas/os miseráveis



Conhecimento situado em análise do contexto

As/os ricas/os miseráveis

Com uma população de mais de 32 milhões de habitantes, Moçambique é o quarto país mais populoso do continente africano. Conforme o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) publicado em 2024, Moçambique está em 183º lugar dos 193 países analisados em termos de Índice de Desenvolvimento Humano que combina três indicadores: esperança e vida à nascença, nº de anos de escolaridade e o PIB per capita¹⁹. Em termos do Índice de Desigualdades Internas e de Desigualdades de Género, o país ocupa a mesma posição mantendo-se na cauda do mundo. Se tivermos em conta os dados disponibilizados desde o ano 2000 pelo PNUD, Moçambique não registou avanços estruturais a este respeito, situando-se, reiteradamente, entre os 10 países com piores indicadores de desenvolvimento humano, desigualdade social e desigualdade de género.

O seu território está dividido em onze províncias e em três regiões: norte, centro e sul. Cabo Delgado é uma das províncias da região norte constituída por Nampula, Niassa e Cabo Delgado situando-se esta no extremo nordeste do país fazendo fronteira a norte, com a Tanzânia, a oeste, com o Niassa, a sul, com Nampula e, a leste, com o oceano Índico

A população de Cabo Delgado, de acordo com o censo de 2017, era de 2.289.943 habitantes dos quais 54% são muçulmanos representando 18% do conjunto nacional.

Tendo por base os dados divulgados em 2022 no Plano de Reconstrução de Cabo Delgado do Governo de Moçambique, a seguinte figura mostra as diversos factores de vulnerabilidade da província e as suas interacções:

.

¹⁹ UNDP (2024), *Human Development Report 23/24. Breaking the gridlock. Reimagining cooperation in a polarized world*. New York: UNDP, p. 277; 286; 291.

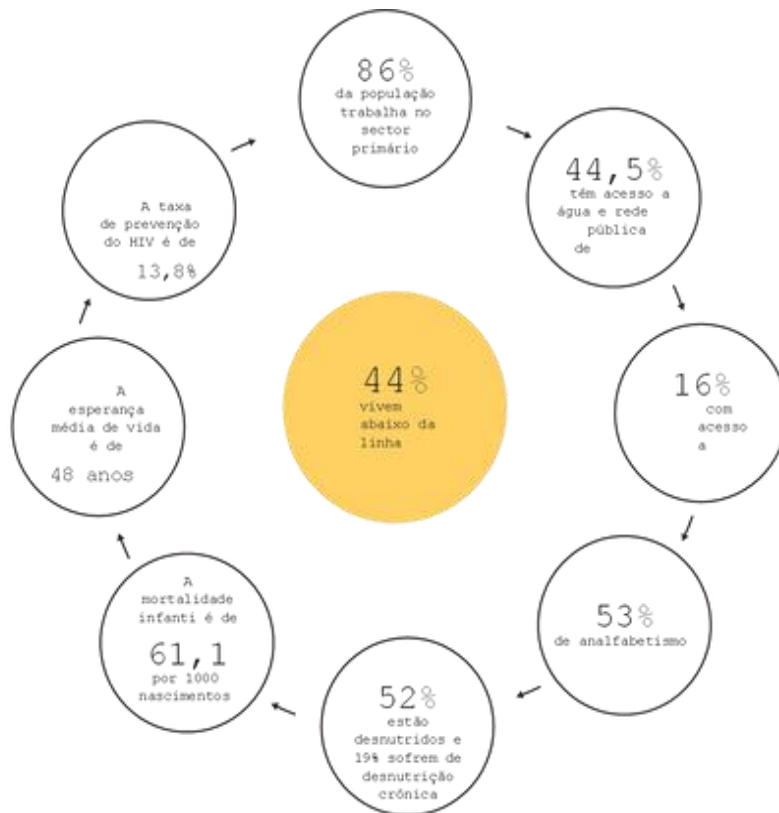


Figura 3 - Factores de vulnerabilidade da população de Cabo Delgado²⁰

²⁰ Ayuda en Acción; Gernika Gogoratz (2022), *Guerra, deslocamentos forçados e resposta à crise em Cabo Delgado Moçambique*, Ayuda en Acción: Maputo, p. 14. Esta figura é de elaboração própria com base nos dados do *Plano de Reconstrução de Cabo Delgado do Governo de Moçambique. Rapid Response Plan: Cabo Delgado Province, Mozambique, Maio-Dezembro, 2020*.

4 Análise crítica do conflito armado em Cabo



Desde outubro de 2017, na parte nordeste de Cabo Delgado, iniciou-se um confronto armado entre grupos que se auto-qualificam como pertencentes à insurgência islâmica (Al Sunnah wa Jama-ASWJ), constituídos por uma parte da população residente e o Estado moçambicano e o seu exército, inicialmente apoiado por mercenários dos grupos Wagner e Dyck. Entre 2020 e 2021, com a escalada da guerra e o aumento maciço das deslocações, o Governo de Moçambique recorreu ao apoio militar multilateral da SADC (SAMIM) e do exército ruandês para combater o terrorismo «jihadista» e permitiu a intervenção de agências internacionais das Nações Unidas e de ONG internacionais para atender às necessidades urgentes da população deslocada.

Até ao momento (Abril de 2025), foram contabilizadas quase 6000 vítimas mortais directas do conflito armado e mais de um milhão de pessoas deslocadas, o que significa que quase metade da população desta província foi obrigada a abandonar as suas casas e os seus meios de subsistência. A seca e os ciclones dos últimos anos (Idai e Kenneth, 2019; Freddy, 2023; Chido, 2024) só agravaram a situação no norte de Moçambique, onde se estima que mais de um milhão e meio de pessoas precisem de ajuda humanitária internacional.

Embora o número de jovens insurgentes pareça ter-se restringido a cerca de trezentos (Garrido, 2025), não é claro se recebem apoio directo do Estado Islâmico. Pelo contrário, parece comprovado que a insurgência participa na reconfiguração das principais rotas de tráfico de drogas, minerais preciosos, fauna selvagem, madeira e imigrantes, que estão a ser transferidos da zona norte da província, adjacente à fronteira com a Tanzânia, para a cidade de Pemba e para Nacala e Angoche, na província contígua de Nampula²¹

Não há consenso sobre o diagnóstico do conflito armado, nem sobre as soluções de paz. Faltam diagnósticos partilhados e existem diferentes concepções de paz. Não existe um relato único sobre a guerra em Cabo Delgado, nem os diferentes actores partilham as concepções e soluções de paz. Entre os relatos sobre a guerra destacam-se²²:

²¹ Global Initiative Against Transnational Organized Crime (2021), *Insurgency, illicit markets and corruption. The Cabo Delgado Conflict and its regional implication*. Geneva: Global Initiative against Transnational Organized crime - Hanss Seidel Foundation

²² <https://ayudaenaccion.org/publicaciones/guerra-desplazamientos-forzados-y-respuestas-a-la-crisis-en-cabo-delgado/>

Uma agressão estrangeira com fortes ligações ao Estado Islâmico que procura desestabilizar a região;

O abandono governamental e as injustiças históricas sofridas pelo território, que geram pobreza, desigualdades e um sentimento de discriminação ou de injustiça entre as populações autóctones, particularmente entre os jovens;

A complexidade dos factores locais com factores regionais e internacionais relacionados com os conflitos geopolíticos pelo controlo dos recursos naturais e o avanço da fronteira extrativa;

A primeira narrativa da agressão jihadista é a dominante, mas não explica realmente o que está a acontecer. Há outros factores estruturais e culturais que devem ser levados em consideração: a) os corredores marítimos centenários do comércio e de diferentes tráficos ilegais; b) a contradição capital-vida que surge da exploração intensiva dos recursos naturais, concretamente dos hidrocarbonetos e das pedras preciosas; c) a negligência dos governos coloniais e pós-independência e a discriminação que provocaram das populações nativas de Cabo Delgado; d) a recorrência dos conflitos armados e a violência lenta que se instalou nas pessoas e na sociedade. A partir da nossa análise, tentar explicar o actual conflito armado como uma agressão do Estado Islâmico é uma simplificação da realidade. Os factores e explicações estão relacionados com a evolução da economia política em Cabo Delgado, desde a época pré-colonial até aos dias de hoje.

As instituições, leis e estruturas sociais da época pré-colonial, colonial e pós-independência contribuíram para que determinados grupos de Cabo Delgado se sentissem discriminados e injustiçados, pelo que, em diferentes momentos da história, recorreram ao uso da violência para tentar melhorar a sua posição ou recuperar o poder.

Essa violência lenta e prolongada, que se acumula desde as diferentes guerras dos séculos XX e XXI, está constantemente a alimentar a violência simbólica, os preconceitos e os discursos de ódio, que perpetuam este tipo de situações.

Breve resumo da história da economia política e das guerras no norte de Moçambique

Na história de Cabo Delgado, é possível identificar várias fases de guerras e violência, que afectaram a distribuição do poder. O período pré-colonial (séculos XVIII-XIX) caracterizou-se por uma certa coexistência entre as sociedades africanas e as comunidades árabes e exploradores europeus que se instalavam na zona norte de Moçambique com interesses no comércio de escravos, ouro e marfim. Na primeira metade do século XIX, a actividade económica e comercial era controlada por várias dinastias Swahilis, que contribuíram para a expansão da educação árabe e do Islão na região. Após os confrontos entre estas famílias Swahilis, na época colonial (final do século XIX - 1970), entre 1885 e 1926, a Coroa Portuguesa concedeu à Companhia de Niassa (de capital inglês) a exploração do território em troca do seu controlo político e militar. Apesar de esta grande empresa comercial ter recorrido às elites locais para as suas operações extractivas, a resistência comunitária tornou o território pouco atraente, pelo que o norte de Moçambique voltou às mãos da ditadura salazarista do Estado Novo português, que abandonou esta parte do país à sua sorte, sem investimentos nem projectos dignos de nota. Tal como o resto do país, esta zona norte foi afectada pela guerra de libertação (1964-1974) e pela guerra dos 16 Anos (1977-1992). Embora a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) contasse com muitos apoios em Cabo Delgado, a imposição do projecto socialista teve uma aceitação parcial, uma vez que havia sectores da população que o rejeitavam, embora também não se caracterizasse por ser um território que simpatizasse com a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO). A reconstrução pós-guerra da década de 1990 e as políticas de combate à pobreza inauguradas com o novo milénio não se reflectiram em benefícios tangíveis para as comunidades de Cabo Delgado. Nem a «febre dos rubis» e o «boom do grafite» em Montepuez, nem as explorações de gás na bacia do Rovuma, iniciadas em 2010, foram capazes de trazer alguma prosperidade. Pelo contrário, as empresas transnacionais, com o beneplácito de algumas elites governamentais, estão a decidir o futuro do território, sem ter em conta as implicações que estas decisões podem ter na vida das comunidades. A história repete-se²³

²³ Alberdi, Jokin; Barroso, Manuel (2020), Broadening the analysis of peace in Mozambique: Exploring emerging violence in times of transnational extractivism in Cabo Delgado. *Global Society*, Issue2. [Volume 35].

5 As deslocações internas e os seus impactos



A escalada da violência na província de Cabo Delgado provocou uma imensa crise humanitária. O número de pessoas deslocadas internamente disparou de 172.190, em Abril de 2020, para 1.028.743 em Novembro de 2022²⁴

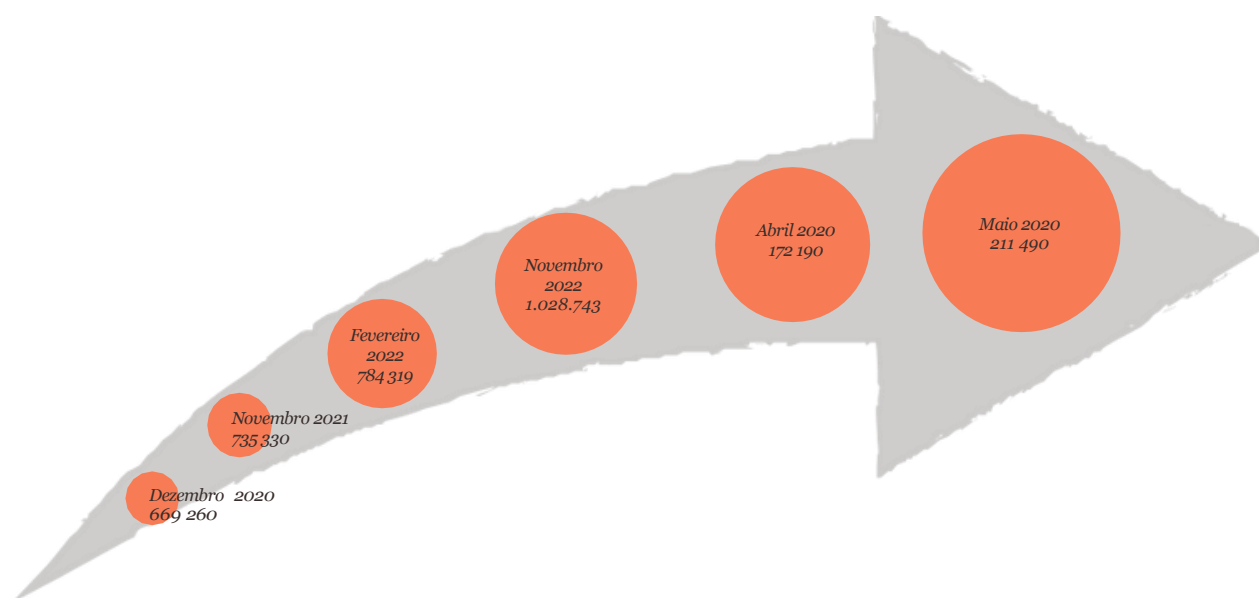


Figura 3 A escalada da deslocação interna das populações de Cabo Delgado. Figura de elaboração própria.

De acordo com os dados da OIM em Junho de 2022²⁵, havia 946.508 pessoas deslocadas, o que equivale a 208.046 famílias. Desse conjunto, 55% eram crianças, 24% eram Mulheres e 21%, homens. Cerca de 30% (287.664 pessoas) estavam em centros de acolhimento ou reassentamento, enquanto os 70% restantes (658.844 pessoas) viviam em casas de famílias que as acolheram. Isto significou que a maioria estava amontoadada em residências e terrenos de parentes ou amigos os quais já viviam de forma muito precária. Tendo em consideração que cabe às mulheres o cuidado com a família,

²⁴ Ver: Campos et al (edit.) (2023), Arrancando-nos da nossa terra, arrancam-nos as raízes/Onikumiha mulapo mwahu, onaakha ilipelo sahu. Vozes da Mulheres de Cabo Delgado/ Masu a athiyana a okhaapu. Maputo: Fundação Friedrich Ebert Stiftung

²⁵ Fonte consultada em 15-11-2024: <https://displacement.iom.int/Mozambique> Mozambique - Cabo Delgado, Nampula, Niassa, Sofala, Zambezia and Inhambane Provinces. Summary of Results - IDP Baseline Assessment Round 16 - June 2022

especialmente da sua prole e das pessoas idosas a sua situação de vulnerabilidade, nestas circunstâncias,exacerbou-se drasticamente²⁶.

A grande maioria, 870.000 pessoas, permaneceu na província de Cabo Delgado. Enquanto as restantes estavam distribuídas pelas províncias de Nampula (74.000), Niassa (2.000), Zambézia (680),Inhambane (86) e Sofala (310)²⁷. No entanto, é importante destacar que estes números são incompletos, uma vez que não estavam contabilizadas as pessoas deslocadas nos distritos de Mocímboa da Praia e Palma, os mais directamente afectados pelo conflito armado²⁸. No entanto, estes dados permitem perceber a dimensão da crise humanitária que se estende, não apenas ao conjunto das pessoas internamente deslocadas, mas também às suas comunidades de acolhimento.

A situação de ruptura e trauma advindos da guerra e desta deslocação interna tem gerado vários impactos imediatos, de médio e longo prazo que têm vindo a ser identificados partir dos estudos anteriormente realizados pela nossa equipa:

- O aumento das desconfianças e ressentimentos a vários níveis: entre a população nativa e a deslocada²⁹ ; entre a população em geral e as autoridades governamentais; entre oficiais das Forças de Defesa e Segurança e os soldados³⁰ ; entre os diversos grupos étnico-

²⁶Ver: Campos et al (edit.) (2023), Arrancando-nos da nossa terra, arrancam-nos as raízes/Onikumihha mulapo mwahu, onaakha ilipelo sahu. Vozes da Mulheres de Cabo Delgado/ Masu a athiyana a okhaapu. Maputo: Fundação Friedrich Ebert Stiftung.

²⁷ Idem

²⁸ Médicos sem Fronteiras, que trabalha na região, estimava em Janeiro de 2022 que os deslocamentos internos nos supracitados distritos podiam alcançar em torno de 50.000 pessoas. MSF. 04.01.2022 <https://www.msf.es/actualidad/mozambique/mozambique-La-poblacion-se-mueve-tanto-huir-La-violencia-regresar-casa>.

²⁹ Isto torna-se evidente em vários relatos que demonstram o surgimento de preconceitos novos que estão na base de conflitos e discriminações: quando a chuva não chega no tempo certo é porque os deslocados amarraram a chuva (para não ficarem molhados porque dormem ao relento) porque são feiticeiros; os deslocados transformam os donos das casas em pássaros que saem a voar pelas janelas para eles ficarem com as casas; as mulheres deslocadas viúvas são acusadas de os seus maridos terem sido insurgentes e reriam morrido no mato, ou quando os homens deslocados se ausentam são acusados de irem combater ao lado dos insurgentes mesmo quando se descobre ao voltarem que eles apenas foram à procura de meios de vida para trazer para as famílias, entre outros

³⁰Há uma convicção generalizada de que existem trocas de informação sobre movimentos das tropas e sítios das emboscadas, falta de comunicação e munição entre comandantes das Forças de Defesa e Segurança de Moçambique e os comandos dos insurgentes. Essa situação, alegadamente, tem provocado muitas baixas entre

linguísticos; entre grupos religiosos; entre as populações e as grandes empresas exploradoras dos recursos naturais;

- O abandono forçado da terra e de outros bens imóveis que estão a resultar numa reorganização fundiária não desejada e conflituosa;
- O empobrecimento drástico da população apesar dos dados macro-económicos mostrarem um aumento do PIB per capita no país;
- A presença de muitas/os estrangeiras/os (vientes) e a distorção dos valores morais considerados localmente adequados e desejáveis como a falta de cortesia, a deslealdade e falta de respeito tanto na esfera da família quanto na esfera pública;
- O aumento de comportamentos individuais e colectivos qualificados de desviantes e perigosos como: roubos, prostituição, abandono de crianças, entre outros³¹;
- Aparecimento de novos negócios para fazer dinheiro com a guerra o que alimenta uma economia de guerra cada vez mais poderosa e difícil de desmantelar, entre os quais estão as empresas criadas de logística militar e para as actividades extractivas, fornecimento de produtos e bens a militares, bordeis direccionados a militares, entre outros ;
- A pressão exercida sobre os recursos naturais como a terra, água, florestas e pesqueiros sujeitos a uma depredação e poluição sem controlo;
- A militarização da sociedade e a naturalização de uma cultura de violência e repressão como forma privilegiada de resolver os conflitos;
- O atraso na reconstrução dos danos causados pela guerra e pelas alterações climáticas;
- O exacerbamento dos problemas estruturais na prestação e acesso a serviços públicos de educação, saúde, segurança social, segurança, comunicação e mobilidade;
- Aumento de mortes ou deficiências por ausência de cuidados de saúde;
- Aumento exponencial das violências de todo o tipo, contra as mulheres e meninas
- Padrões de masculinidade revisitados e mudanças de comportamento dos homens que vão em dois sentidos principais: (1) desenvolvem comportamentos cada vez mais violentos a nível da família e em especial contra as mulheres; (2) ao demonstrarem as suas angústias e sofrimentos em público e sujeitam-se a observações discriminatórias como, aquele homem chora como uma mulher.

os soldados e um forte descontentamento entre as forças subalternas. Além dos testemunhos orais ver aqui: Campos et al (edit.) (2023), Arrancando-nos da nossa terra, arrancam-nos as raízes/Onikumilha mulapo mwahu, onaakha ilipelo sahu. Vozes da Mulheres de Cabo Delgado/ Masu a athiyana a okhaapu. Maputo: Fundação Friedrich Ebert Stiftung

³¹ As evidências recolhidas mostram que uma boa parte destes negócios pertencem aos generais da elite da FRELIMO.

- A utilização de novas armas de guerra como a decapitação dos homens e a violação das mulheres perante os maridos ou outros familiares masculinos, o rapto de mulheres e raparigas para fazerem parte dos haréns dos comandantes ou servirem de escravas sexuais nas bases. Todas estas armas de guerra pretendem demonstrar o poder absoluto de quem as utiliza e humilhar profundamente os que são considerados seus inimigos.

Uma guerra que se está a tornar crónica e a normalizar a violência extrema

Segundo o National Displacement Profile Mozambique³² no final do ano de 2023 632.408 pessoas tinha retornado aos seus lugares de origem sendo 44% de homens e 56% mulheres, 60% são crianças e jovens até aos 17 anos de idade, 35% dos 18 aos 59 anos e apenas 5% tinha mais de 60 anos.

Nos meses de Janeiro e Fevereiro de 2024 a violência armada recrudescceu na província com o deslocamento para sudeste de um conjunto assinalável de insurgentes³³ assistindo-se a vários ataques e mortes nos distritos de Muidumbe, Quissanga, Ancuabe, Metuge e Chiure o que provocou uma nova onda de deslocamentos internos no centro/sul da província ³⁴. No entanto, a partir de Março a actividade insurgente parece ter diminuído entrando-se numa nova fase do conflito: a normalização da violência extrema. A estratégia militar de cercar as bases de insurgentes nos distritos de Macomia, Quissanga e Muidumbe, tentar confinar os seus combatentes nesses territórios desprovidos de comida e acesso a água potável e estabelecer perímetros de segurança fortemente equipados em torno dos grandes projectos extractivos, tem surtido o efeito de provocar uma calma aparente. As pessoas deslocadas estão a voltar aos seus lugares de origem para tentar levar a vida por diante. Em caso de serem de novo atacadas fogem, mas voltam de novo pois sentem que não têm alternativa nos campos de reassentamento ou nas casas de parentes que as receberam. Começam a relatar que preferem ficar à sorte dos ataques. As estatísticas mostram que 82% das

³² Ver aqui: <https://dtm.iom.int/reports/mozambique-national-displacement-profile-ndp-2023?close=true> Consultado em 14 de Novembro de 2024.

³³ Falou-se em cerca de 200, mas não há dados rigorosos sobre o número de insurgentes que se deslocou a caminho da província de Nampula.

³⁴ Segundo o International Organization for Migration (IOM), [February, 2024]. DTM [DTM Movement Alert]. IOM, [Mozambique] num acumulado de 54.415 pessoas.

peças deslocadas internamente em Cabo Delgado já foram obrigadas a deixar os seus lugares de origem ou de reassentamento pelo menos duas vezes³⁵.

Entretanto, nenhuma iniciativa consistente com vista ao diálogo e à resolução pacífica do conflito ou de enfrentamento das causas sociais que estão na sua base, foi tomada. Com isto argumentamos que a guerra não terminou nem parece ter fim à vista, mas a intensidade e a frequência dos ataques às populações e às infra-estruturas tem diminuído. As notícias são cada vez mais avulsas e, com isso, a invisibilidade da guerra, dos seus impactos e dos traumas que provoca vai-se tornando cada vez maior.

O ecocídio ou a guerra contra a Terra

Em Cabo Delgado, como em muitos outros lugares do mundo, a natureza é simultaneamente motivo de guerra e a sua primeira vítima. Esta guerra inscreve-se, em grande medida, e como já referimos em cima, numa dinâmica de cobiça das enormes riquezas da província. A extração intensiva de minerais, hidrocarbonetos e madeira tem provocado danos ambientais incalculáveis: o desaparecimento de florestas centenárias, a perda de biodiversidade em terra e no mar, a reorganização do território através da ocupação de terras produtivas para a construção de infra-estruturas logísticas e a contaminação de aquíferos subterrâneos. Até à data, não foram efectuados estudos sistemáticos sobre esta questão por duas razões principais. A primeira é porque os danos directos da guerra sobre a população criaram uma enorme crise humanitária que mobilizou todas as atenções e recursos disponíveis. A segunda tem a ver com a política de bloqueio de informação do governo que não quer que a situação no terreno seja investigada. A mobilidade no terreno devido à guerra é muito difícil e, por vezes, expressamente proibida, tal como investigações independentes. Restam-nos as informações fornecidas pelas pessoas deslocadas, comerciantes, pessoas que se arriscam a viajar e por algumas/uns funcionárias/os de ONG internacionais ou da ONU que têm sido autorizadas/os a deslocar-se pela província. Os relatos falam de destruição, de terras indevidamente ocupadas por estrangeiros ou forasteiros de outras zonas do país, de desertificação, de águas contaminadas por materiais utilizados na extração mineira, de fome devido à escassez de terras produtivas e acessíveis.

Por outro lado, o canal de Moçambique onde se situam as margens costeiras deste território, está constantemente ameaçado por fenómenos climáticos extremos como os que se viveram no país com

³⁵ Ver aqui: The International Organization for Migration, July 2024, Displacement Tracking Matrix, p. 8

os ciclones Kenneth em Cabo Delgado, o Idai na zona centro em 2019 e o Chido que atingiu fortemente a província em 15 de Dezembro de 2024 e que têm provocado uma enorme destruição. Este é mais um factor a juntar aos directamente relacionados com a guerra e que, se reforçam mutuamente tornam cada vez mais aparente o ecocídio em curso.

É de assinalar ainda que são as mulheres rurais, a grande maioria da população de Cabo Delgado, quem mais sofre com estes eventos e os seus impactos desta destruição ambiental, pois são elas as responsáveis pela produção de alimentos e pelo uso de fitoterápicos locais que são uma parte essencial da vida e da sobrevivência das populações.

Análise das dinâmicas dos actores

O conglomerado liberal pela paz, que reúne uma rede de governos e grandes corporações interessadas nos recursos naturais de Cabo Delgado, articulou uma resposta militar, de ajuda humanitária e de reconstrução para o desenvolvimento, seguindo uma lógica de paz pragmática e híbrida, que discrimina outras propostas que apresentam alternativas e outras formas de fazer a paz. Estas operações militares e humanitárias, assistidas por uma rede de cooperação internacional com forte articulação intergovernamental, parecem responder mais aos interesses da TotalEnergies, a ExxonMobil e de outras grandes empresas transnacionais, que são apoiadas pelos governos dos EUA e da União Europeia, particularmente da França, e de certas elites governamentais moçambicanas. Observa-se que no continente africano, mas também em outras partes do mundo, as grandes empresas continuam a fazer os seus investimentos, tanto facilitando acordos de paz como favorecendo ambientes de instabilidade política ou conflitos armados, com o objetivo de continuar com os seus negócios extractivos.

A resposta militar foi articulada numa coligação ad hoc composta pela missão SAMIM da SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral), que participou até 2024, com efectivos do exército ruandês e das forças armadas de Moçambique, com o apoio logístico da União Europeia e dos EUA. Em 2020-2021, o avanço da insurgência nas zonas de exploração de gás e as deslocações em massa da população levaram o Governo de Nyusi a acordar com a SADC uma missão militar multilateral e com o Governo do Ruanda o envio de tropas para defender os locais mais estratégicos. Os EUA e a União Europeia, com financiamento público e privado, estão a apoiar a formação das Forças de Defesa Moçambicanas e a operação militar ruandesa e da SAMIM³⁶.

³⁶ Com o objectivo de apoiar a operação militar e garantir a continuidade dos projetos de gás, desde 2021, a União Europeia financiou duas missões: uma de formação militar (EUTM) e outra de

A ajuda humanitária nestes anos ultrapassou os 1500 milhões de euros. Esta ajuda humanitária, supervisionada pelo Instituto Nacional de Gestão de Desastres (INGD), foi distribuída principalmente através dos Planos Anuais de Resposta Humanitária para Moçambique e de um Plano ad hoc de Resposta Rápida em 2020-21. A ajuda humanitária tem sido canalizada através de diferentes clusters temáticos, nos quais participam agências das Nações Unidas e ONG internacionais, financiadas por organismos multilaterais e cooperações bilaterais. As agências da ONU indicam que os 300-400 milhões de euros anuais necessários para fazer face às necessidades não são normalmente cobertos.

Por outro lado, a partir das eleições gerais de 9 de Outubro de 2024 a instabilidade e as revoltas protagonizadas pelo partido da oposição **PODEMOS**, liderado pelo empresário e pastor evangélico Venâncio Mondlane, que se considerava vencedor das eleições presidenciais de outubro de 2024, e a nomeação oficial do novo presidente **Daniel Chapo**, que representa uma linha de continuidade dentro da **FRELIMO** e do governo do país, acrescentaram mais um factor de instabilidade ao conjunto do país.

apoio logístico militar (EUMAM), nas quais foram investidos mais de 100 milhões de euros. Não há dados sobre as contribuições financeiras públicas e privadas dos EUA, embora se estime que ultrapassem esse valor.

Principais doadores que estão alinhados com os planos e as agências governamentais e internacionais:

Estratégia Política sobre A Gestão das Deslocações Internas 2021

O Plano de Reconstrução de Cabo Delgado nas Zonas Afectadas pelo Terrorismo 2021-2024 (PRCD).

ADIN e o Programa Governamental PREDIN para a Resiliência e o Desenvolvimento Integrado do Norte;

Estratégia integral das Nações Unidas para apoiar o Governo de Moçambique e o Programa de Consolidação e Manutenção da Paz.

A maioria da população deslocada e retornada não depende da ajuda humanitária como principal meio de subsistência, pois, desde o início da crise, foram as famílias e as/os amigas/os que, com sua solidariedade, responderam às necessidades mais urgentes desses grupos deslocados. No caso de Cabo Delgado, como noutros locais, não foi contabilizada ou tida em conta a capacidade de resposta das próprias sociedades perante estas situações, limitando-se a debater, gerir, avaliar e contabilizar a resposta da ajuda humanitária governamental e internacional. Em outros trabalhos realizados por esta equipa de investigação, foram apontadas questões que não são suficientemente abordadas devido à falta de autocrítica do sector humanitário oficial em Cabo Delgado: a) corrupção com vales de troca e cestas básicas; b) dependência da ajuda e acomodamento de muitas famílias beneficiárias; c) falência dos mecanismos locais de solidariedade e subvalorização desses mecanismos; d) falta de previsão e escassez para incorporar iniciativas de meios de subsistência e/ou estratégias de geração de renda.

O sector de desenvolvimento e reconstrução tem sido protagonizado pela Agência para o Desenvolvimento Integrado do Norte (ADIN), criada em 2020 para impulsionar o Programa de Reconstrução de Cabo Delgado (2021-2024) que, na sua fase inicial, contou com cerca de 300 milhões de dólares, principalmente do Banco Mundial e do PNUD, e no qual também esteve envolvido o Fórum Provincial de Reconstrução de Cabo Delgado. Além de pequenos programas de educação e saúde, os projectos centraram-se na concessão de terras à população deslocada. Insatisfeitas com a gestão da ADIN, agências da ONU e ONGs propuseram uma plataforma para gerir a ajuda ao

desenvolvimento com o objectivo de reconstrução da província. No entanto, o Governo aprovou o Programa de Resiliência e Desenvolvimento Integrado para o Norte (PREDIN) para o período 2022-2027, com uma dotação de 2,5 mil milhões de dólares do Banco Mundial (BM), do Banco Africano de Desenvolvimento e da UE, complementada pelo Canadá, pela TotalEnergies e por algumas agências da ONU³⁷.

A ADIN seria responsável pelo planeamento do Programa, e a ONU e outras ONG executariam as actividades. Os debates sobre o Triplo Nexo em Cabo Delgado abrangem diferentes formas de actuação de uma multiplicidade de actores, embora haja uma visão dominante. Os debates sobre o duplo nexos da ajuda de emergência e da reabilitação pós-guerra/desenvolvimento (abordagens VARD) começaram na década de 1980, embora os seus escassos resultados tenham levado a comunidade doadora a procurar outras soluções desde o final da década de 1990. A eficácia da ajuda, a apropriação local dos processos de desenvolvimento, a resiliência comunitária, as análises e as abordagens sensíveis ao conflito (do no harm), a localização da ajuda são algumas das propostas de melhoria do sistema internacional de cooperação. A inclusão da paz nos debates sobre ação humanitária e desenvolvimento recebeu um impulso na Cimeira Humanitária ou «Grand Bargain» de 2016, que, com a Recomendação do CAD/OCDE de 2019, levou os actores da cooperação internacional a colocarem na sua agenda esta nova abordagem de tripla articulação. A visão dominante desta agenda aposta nos 3 Cs, ou seja, na melhoria da coerência, complementaridade e colaboração das ações humanitárias, de desenvolvimento e de paz em contextos de emergências complexas e conflitos armados. No entanto, existem múltiplas formas de conceber e entender a sobrevivência, o bem viver e o viver em paz, que transcendem estes debates.

É complicado afirmar que em Cabo Delgado se está a trabalhar com uma abordagem única do 3N. De forma breve pode-se distinguir três propostas na articulação entre intervenções humanitárias, ações para o desenvolvimento e de construção de paz e segurança.

1. Uma abordagem do Triplo Nexo baseada na securitização da ajuda, isto é, uma abordagem militarizada, em que o controlo da tomada de decisões está nas mãos do governo, dos seus países parceiros e das grandes empresas investidoras. O Governo moçambicano, com o apoio da UE, dos EUA e do Ruanda, e das grandes empresas extractivistas, está a dar prioridade a uma abordagem de paz militar. O futuro de Cabo Delgado está nas mãos da inteligência militar dos governos e dos conselhos de administração das grandes empresas. Centenas de milhões de dólares são destinados à guerra e à vitória militar, em vez de serem destinados a negociações e acordos de

³⁷ Centro para Democracia e Desenvolvimento (2022) Response to violent extremism in Cabo Delgado. From a Triple Nexus perspective: Humanitarian, Development and Peace. Research & Occasional Paper Series: 03/2022, pp1-32

paz, e ao fortalecimento e democratização do Estado. Estes actores, por sua vez, promovem a intervenção de diferentes agências das Nações Unidas para fazer face a uma emergência humanitária que não tem fim e que provocou a deslocação em massa de famílias e comunidades inteiras. Esta abordagem esconde o conflito capital-vida, prioriza os grandes investidores e as elites nacionais, relegando para segundo plano a população local. A União Europeia e os EUA agem de forma pouco coerente. Os interesses geoestratégicos prevalecem sobre a defesa do desenvolvimento e dos direitos humanos. Aposta-se na via militar em detrimento da diplomática, e combina-se a assistência militar ao governo de Moçambique com a acção humanitária e a cooperação para o desenvolvimento. Prioriza-se a protecção dos investimentos em megaprojetos, em detrimento da segurança da população de Cabo Delgado. E prefere-se investir em programas de desenvolvimento das comunidades deslocadas nos locais de acolhimento, em vez de promover iniciativas para o seu regresso.

2. Uma abordagem em construção do 3N promovida pelas Nações Unidas e outros organismos multilaterais para melhorar a actuação dos doadores. Embora estejam a ser dados os primeiros passos, ainda há um longo caminho a percorrer. Em Cabo Delgado falta muita colaboração, complementaridade e coerência das acções Humanitária-Desenvolvimento-Paz (HDP) levadas a cabo pelos diferentes actores. Esta abordagem limitada à melhoria instrumental das intervenções, preocupada com as questões técnicas e não com o político, mal consegue criticar a abordagem militarizada anterior. Não exige ao Governo a necessidade de um acordo com a insurgência para pôr fim à violência armada, preferindo centrar-se em acções de coesão para a paz entre as comunidades de acolhimento e as comunidades deslocadas e na prevenção do extremismo violento. Entendem que esta guerra, para além da insurgência jihadista, tem a ver com a pobreza, as desigualdades e as discriminações sofridas por determinados sectores da população. No entanto, estes actores da cooperação internacional não conseguem construir diagnósticos ou narrativas partilhadas e têm dificuldade em ceder protagonismo ou reconhecer a agência colectiva local para resolver os conflitos. Têm um discurso favorável à localização da ajuda e das iniciativas humanitárias, de desenvolvimento e de paz, mas é mais teórico do que prático, uma vez que acabam por impor as suas agendas ou acabam por ser cooptadas pela agenda militarizada.

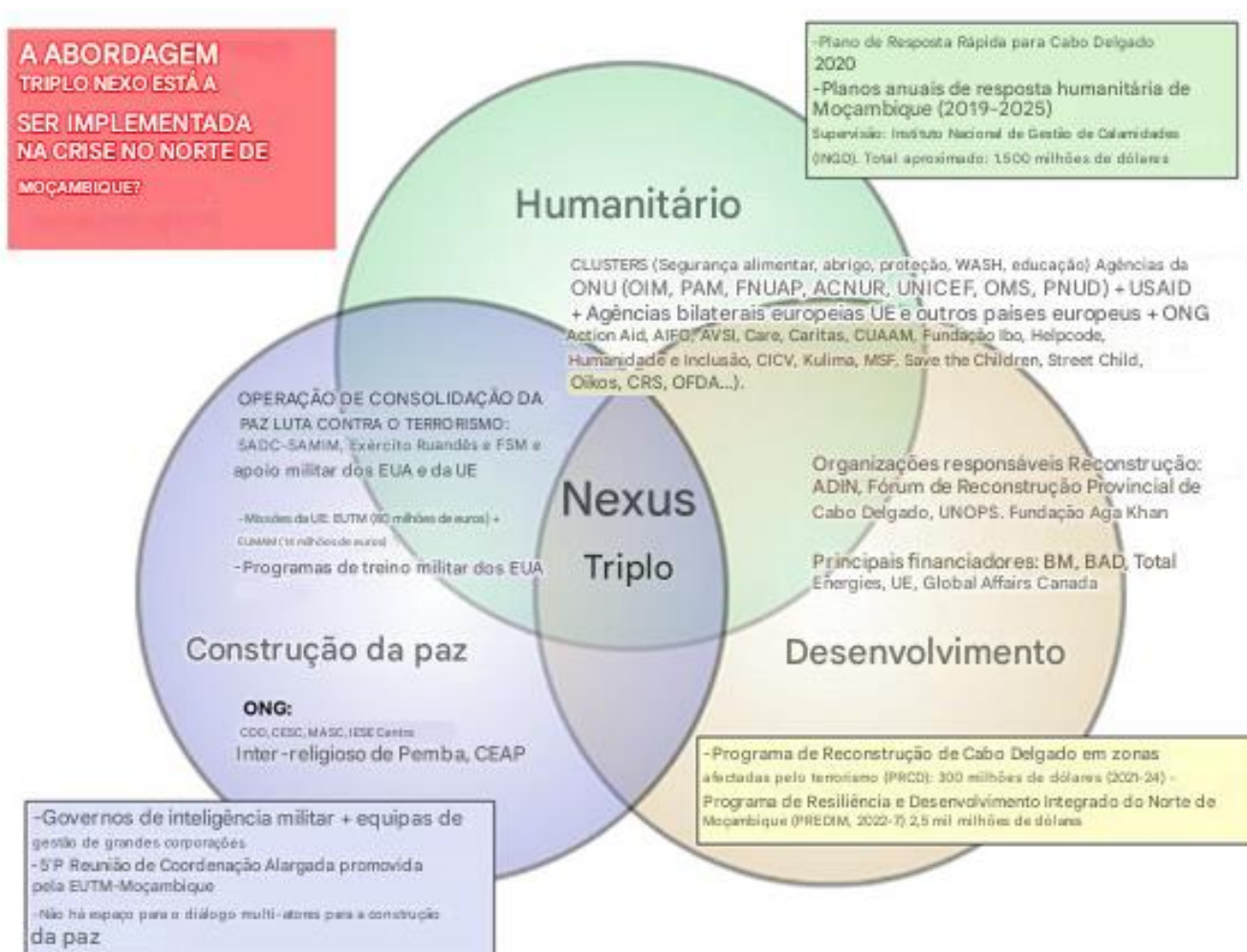


Figura 4 Análise das dinâmicas dos actores

Com esta abordagem encontrámos várias iniciativas sobre o Triplo Nexus em Cabo Delgado

Desde a década de 1990, as Nações Unidas alinharam o seu Programa de Paz e o seu quadro de cooperação com o Governo de Moçambique. A Aliança Global para a Prevenção de Conflitos Armados (GPPAC) elaborou um relatório para a ONU com o objectivo de melhorar a implementação da actual Agenda para a Consolidação e Manutenção da Paz em Moçambique. Nesta avaliação, são destacados os seguintes elementos: a) um forte viés humanitário da ONU; b) uma certa confusão e

falta de liderança no seio da ONU para liderar o Triplo Nexo, que pareceu melhorar após o restabelecimento das relações com a ADIN; c) a conveniência de promover plataformas de diálogo (particularmente em questões de paz); d) e o aviso de que os financiamentos para a consolidação da paz não estão a chegar às organizações comunitárias de base, uma vez que são as organizações nacionais e internacionais que mais beneficiam.

A Organização Internacional para as Migrações (OIM) elaborou um roteiro para acelerar a programação do Triplo Nexo no norte de Moçambique para o período 2022-2026, focando o seu trabalho nas zonas mais afectadas pelo conflito armado e implementando um Planeamento Baseado na Comunidade (PBC). Através desta metodologia de planeamento, as intervenções estão a ser adaptadas às necessidades específicas de cada comunidade e está a ser apoiada a capacidade do Estado para prestar serviços.

Outras instituições não-governamentais nacionais (CESC, MASC, IESE, AVSI, CDD) estão a promover investigação e programas de coesão comunitária e actividades culturais e artísticas no âmbito do Triplo Nexo. Destacamos duas iniciativas. A AVSI-People for Development elaborou um inquérito comunitário para avaliar as condições de vários distritos de Cabo Delgado com o objetivo de melhorar os seus projetos e identificar soluções mais orientadas para o nexos HDP. Já o Centro para a Democracia e o Desenvolvimento realizou várias análises e mapeamentos de actores do Triplo Nexo e as suas respostas em Cabo Delgado, propondo algumas recomendações. Fala-se da falta de colaboração, complementaridade e coesão na luta contra o extremismo violento e da total desconexão entre o sector de segurança e do humanitário. Por fim, destacamos uma iniciativa da SADC que, em conjunto com a União Africana, está a desenvolver um quadro para abordar os desafios interligados das alterações climáticas, dos conflitos e do desenvolvimento, que procura integrar a prevenção de conflitos e a consolidação da paz nos programas de resiliência climática. Com o objectivo de reduzir o risco de violência e criar condições para uma estabilidade duradoura, este quadro em construção convida as organizações humanitárias e de desenvolvimento a adoptarem abordagens sensíveis aos conflitos e à consolidação da paz comunitária, capazes de abordar os factores agravantes subjacentes, como o desemprego e as deslocações forçadas³⁸.

Perante estas duas abordagens, é necessário colocar várias questões sobre o modelo, a eficácia e sobre quem decide sobre as intervenções humanitárias e o futuro do desenvolvimento e da paz em

³⁸ Fonte: <https://issafrica.org/iss-today/climate-conflict-and-aid-three-pronged-solution-needed-for-mozambique>

Cabo Delgado: 1) Qual é, na realidade, o tipo de arquitetura de paz e segurança para Cabo Delgado? 2) A acção humanitária e as intervenções de reconstrução e coesão social no conflito de Cabo Delgado estão atendendo à complexidade das diferentes realidades vividas pelas famílias e comunidades afectadas pela guerra? 3) Estas intervenções HDP contam com as potencialidades e capacidades colectivas das populações locais? A resposta parece clara: o modelo de paz militarizada ao serviço do poder das grandes corporações não resolve os problemas das pessoas, nem conta com elas para decidir o futuro de Cabo Delgado. Por outro lado, os modelos de intervenção de tamanho único definidos pelas agências da ONU e pelas ONG não estão a dar resultados, na medida em que não respondem adequadamente às complexidades locais, nem contribuem para fortalecer a agência coletiva para enfrentar os problemas.

3- Diante da incapacidade da comunidade doadora de deixar para trás esquemas coloniais de intervenção, baseados em concepções abertamente (neo)liberais de segurança, desenvolvimento e cooperação internacional, a serviço dos interesses de potências e elites que instrumentalizam as agências das Nações Unidas, ONGs e actores locais, não é fácil propor alternativas. Esta circunstância levou muitos sectores críticos a desconfiar da abordagem oficial do 3N, questionando a sua oportunidade e eficácia.

Outras propostas sustentam que estes debates sobre a Triplo Nexo oferecem uma oportunidade para questionar os modelos actuais de cooperação internacional, as suas bases éticas, as suas condicionalidades políticas e a sua orientação para a obtenção de resultados eficazes. Abre-se, pois, a para pensar e agir através de outras formas de solidariedade e cooperação, onde o protagonismo não é das organizações governamentais nem das ONG de cooperação. Este Triplo Nexo seria apresentado como uma abordagem cujos sujeitos são as comunidades, e não a indústria da cooperação. Uma proposta para avançar na descolonização da ajuda internacional e que, a partir de uma crítica feminista, avance também numa reconfiguração das relações de poder entre mulheres e homens e que beneficie os sectores ou colectivos com menos poder e capacidade de decisão.

6 O projecto do Triplo Nexo e a sua investigação-acção participativa (IAP) em Cabo Delgado



É neste contexto complexo e, em muitos aspectos dramático, que a investigação-acção participativa sobre o Triplo Nexo em Cabo Delgado se desenrolou. Partimos de um princípio fundamental: que a pesquisa além de participativa e com a ambição de agir no tecido social tivesse no seu centro, os conhecimentos locais partilhados contribuindo para um pensamento crítico, feminista e descolonizador sobre o Triplo Nexo.

Os objectivos do projecto



Figura 5 Objectivos do projecto do Triplo Nexo

A estrutura do projecto desenvolve-se em torno de três pilares, com base nos quais se realizaram acções específicas, mas complementares, que permitiam atingir três resultados principais:

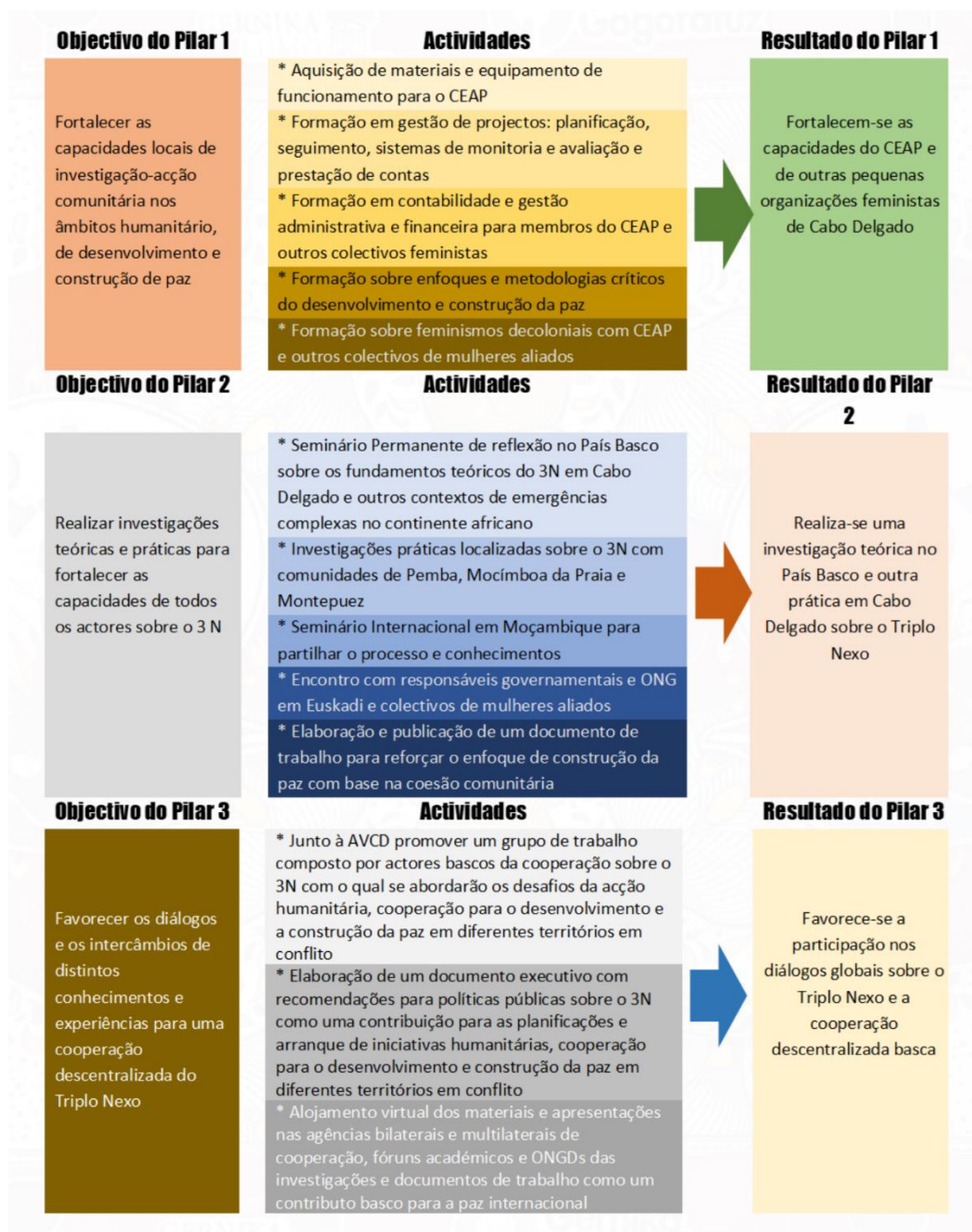


Figura 8 - Estrutura orgânica do projecto do Triplo Nexu

Uma investigação-acção participativa: pressupostos, princípios teórico-éticos, equipa, dispositivo e ferramentas

A opção seguida para o aprofundamento dos debates sobre o Triplo Nexo desdobrou-se em duas investigações que ocorrem simultaneamente e que são alimentadas por interlocuções entre elas. Uma das linhas de investigação é a que se apresenta e discute neste documento: uma investigação-acção participativa (IAP) no terreno com base nas experiências e conhecimentos locais e com uma forte componente de intervenção para a transformação. A segunda é constituída por um ciclo de 5 Seminários Permanentes cuja abordagem tem um carácter mais teórico-académico crítico e pretende chegar a um público com mais poder de decisão em termos de alteração de políticas institucionais quer das agências das Nações Unidas, dos governos nacionais e grandes ONG internacionais. O grande objectivo foi criar espaços de diálogo crítico entre as teorias mais dominantes e o que, de Cabo Delgado, foi surgindo em modo de aprendizagens de-baixo-para-cima e de dentro-para-fora. Este percurso foi fundamental para ampliar e fortalecer os debates sobre o Triplo Nexo do projecto.

No caso da IAP, foram identificados 3 territórios para efectuar as pesquisas e as actividades de intervenção social. No mapa em baixo está identificada a localização de cada território onde decorreu a investigação-acção participativa: a nordeste, distrito de Mocímboa da Praia o bairro de Ntende; a sudoeste, distrito de Montepuez o posto administrativo de Mapupulo; e a sudeste, na cidade de Pemba, o bairro de Cariacó.



Pressupostos

A concepção e o desenho do protocolo de pesquisa³⁹ foi realizado colaborativamente com base nos seguintes pressupostos:

descolonizar a investigação para que muitos mundos caibam no mundo

agir para fortalecer as capacidades colectivas

participar na construção de uma crítica feminista decolonial das relações de poder entre mulheres e homens

O primeiro tem que ver com a ideia de *provincializar a Europa*, ou seja, perceber que os conhecimentos e os conceitos dominantes produzidos na Europa⁴⁰ enquanto espaço político e epistemológico é uma ínfima parte de todos os conhecimentos e conceitos produzidos no mundo, tal como o Triplo Nexo. Provincializar a Europa é dismantelar a sua auto-imagem mítica de ser o centro do mundo donde irradiam todos os ideais de dignidade humana, bem-estar e de paz para permitir um pensamento pós-colonial⁴¹.

O segundo refere-se ao que temos vindo a aprender com os nossos trabalhos nos diferentes territórios e continentes que é como ter em conta as potencialidades e as necessidades dos territórios valorizando e fortalecendo saberes e competências colectivas locais para promover transformações estruturantes e bem ancoradas culturalmente.

O terceiro tem por base o conceito de *feminist close reading*⁴² aplicado à realidade de Cabo Delgado. Isto significa abordar ou ler a realidade com o propósito, por um lado, de procurar evidências,

⁴⁰ Ver a este propósito: Chakrabarti, Dipesh (2009), *Provincializing Europ. Postcolonial Thought and Historical Difference*. New Jersey: Princeton University Press

⁴¹ Usamos o conceito de pós-colonial no sentido de pensar além de todas as formas de colonialismo nomeadamente do ciclo secular colonial europeu

⁴² Inicialmente utilizado nos estudos literários e artísticos é bastante produtivo também para uma análise feminista de processos e relações sociais expressas de diferentes formas. Gutierrez Repetto, F. y Sanchez Espinosa, A. (2019). 'Promoting ethical response-ability in the classroom through Science Fiction Literature: A feminist close reading of Joanna Russ's *The Female Man*'. *ReiDoCrea*, 8, 282-291. e Spivak, Gayatri, (1994),

através de elementos não-convencionais de análise, de violências e poderes contidas em textos e práticas culturais sociais que podem ser pouco aparentes; e, por outro, aplicar uma abordagem e leitura feministas através da qual as desigualdades de poder, mas também as resistências a elas, com base nas identidades sexuais e sociais são postas em evidência assim como as suas causas e impactos. Isto é particularmente importante em Cabo Delgado, para não se correr o risco de elaborar um discurso celebratório *versus* vitimizador das mulheres e das suas experiências. Um *feminist close reading* neste sentido é, certamente, uma ferramenta que permite não simplificar o que é extremamente complexo.

Princípios teórico-éticos

Assim a pesquisa-acção participativa (**IAP**) em Cabo Delgado foi metodologicamente concebida e desenhada a partir dos seguintes princípios teórico-éticos⁴³:

1

Todas as pessoas têm conhecimentos e expressam-nos de maneiras diferentes. Aprende-se e ensina-se com o corpo todo. Não existem as pessoas que ensinam e as que aprendem: somos todas e todos professoras/es e aprendizes.

Tudo o que aprendermos juntas/os deve servir para capacitar as pessoas e as comunidades para liderarem os seus projectos e concretizarem as suas aspirações e para nós sabermos estar ao seu lado sempre com afecto e respeito, apoiando, subsidiando, trazendo ideias, recursos reforçando o espírito crítico de todas e todos.

2

'How to read a 'culturally different' book. in Barker, Francis, Hulme, Peter y Iverson, Margaret (Eds.), *Colonial Discourse and Post-Colonial Theory*. Manchester: Manchester University Press, pp. 73-95.

⁴³ Princípios inspirados no pensamento e obras de Alfonso Dubois, Audré Lord, bell Hooks, Chandra Talpade Mohanty, Gloria Anzaldúa, Lorena Cabnal, Amina Mama, María Galindo, Orlando Fals Borda, Patricia McFadden, Paulo Freire.

3

Importa que todas as pessoas integrantes do processo possam validar o que juntas/os fomos aprendendo. Qualquer produto da pesquisa (vídeo, cartografias, desenhos, fotografias, textos, etc) deve ser apresentado a todas as pessoas envolvidas para poderem corrigir, validar e autorizar a sua divulgação.

‘Nada sobre nós e para nós, sem nós’ é um permanente desafio pois a participação também traz diversidade, pontos de vista diferentes e, às vezes, contraditórios, conflitos cognitivos e de interesses. Por isso é tão importante termos um cuidado especial com quem tem sido mais silenciado: mulheres, raparigas, crianças, jovens e pessoas idosas para que nada que lhe pareça importante fique por dizer.

4

Respeito pela dignidade inalienável de cada pessoa e de cada comunidade.

5

Transparência na gestão e na partilha de conhecimentos e informações.

6

Confidencialidade por questões de segurança e privacidade e para que não se provoque qualquer dano, material ou simbólico, ou se promovam mais conflitos.

7

Descolonizar a linguagem da pesquisa

Todo o dispositivo e instrumentos metodológicos, assim como a forma de registar e partilhar as nossas reflexões foram pensados e postos em prática cumprindo estes princípios. Com eles queremos afirmar uma clara recusa de nos tornarmos nós mesmas/os enquanto investigadoras/es, actoras/es de uma indústria extractiva de conhecimentos e de tecnologias sociais locais. Esta abordagem descolonizadora, feminista e de fortalecimento das capacidades colectivas locais obrigou-nos também a mudar o nosso vocabulário (porque a língua diz o mundo) com vista a uma maior coerência com os princípios e a nossa ética de investigação-acção participativa:

- Todas/os somos investigadoras/es cada uma e cada um com diferentes competências e tarefas por isso somos todas/os imprescindíveis. Não temos assistentes de investigação;
- Partilhamos reciprocamente conhecimentos. Não recolhemos dados;
- Todas e todos são sujeitas/os de conhecimentos. Não temos informantes;
- Obrigamos a língua a reconhecer pelo menos duas declinações de género ou um novo neutro. Não usamos o masculino universal;
- Escrevemos em co-autoria porque autoria é autoridade. Partilhar esta autoridade é reconhecer que todos os conhecimentos são necessários e importantes (strong objectivity⁴⁴);
- A metodologia é conteúdo e não apenas um conjunto de ferramentas ajustadas ao contexto. Não foram as técnicas de pesquisa que mudaram, mas a forma com nos apropriámos delas e as usámos com base nos princípios epistemológicos e a ética que definimos em conjunto.

⁴⁴ Ver Haraway, Donna, (1988). 'Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective'. *Feminist Studies*, 14(3), 575-599. E Harding, Sandra, (1987). *Feminism and Methodology*. Indiana University Press

DESCOLONIZAR A LINGUAGEM DA PESQUISA

A equipa foi constituída por:

Bairro de Ntende, distrito de Mocímboa da Praia



Fotografia 1 - Rosa J. Saize Mutemba



Fotografia 2 - Rábio Sete



Fotografia 3 - Júlia Carlos



Fotografia 4 - Alberto Ernesto

Posto administrativo de Mapupulo distrito de Montepuez

Bairro de Cariacó, distrito de Pemba



Fotografia 5 - Arlete Rubino Xavier



Fotografia 6 - Hermenegildo S. Rogério



Fotografia 7 - Teresa Cunhas



Fotografia 8 - Jokin Alberdi

Gernika Gogoratz

Conselheiro financeiro do CEAP



Fotografia 9 - Izaquiel Fernandes

As 60 pessoas participantes da IAP

Os grupos que participaram nas oficinas foram constituídos por mulheres e homens de diferentes faixas etárias que representavam os vários extratos da sociedade de cada território. Este princípio que visou a inclusão, não só física como também de ideias. Deu-se muita importância à valorização dos conhecimentos, crenças e cosmovisões que cada pessoa possui em relação à Ajuda Humanitária, Meios de Vida e Construção da Paz para tornar as oficinas ricas e enriquecedoras. Em termos práticos, o processo de selecção obedeceu a 4 fases:

1ª fase

Escolher territórios diversos geográfica e humanamente: a) região norte, zona costeira, falantes de Kimwani e epicentro da insurgência, bairro Ntende por ser o maior centro de acolhimento de deslocadas/os interno ao nível do distrito – Mocímboa da Praia; b) região sudoeste, zona rural e com uma miscelânea de falantes de Emakhwa e Shimakonde com comunidades nativas e deslocadas, posto administrativo de Mapupulo⁴⁵ – Montepuez; c) região sudeste, zona costeira urbana, centro político da província, onde as agências da ONU e as grandes ONG internacionais têm as suas sedes, para onde se deslocou a maioria das pessoas em fuga nos anos anteriores, bairro de Cariacó – Pemba;

2ª fase

Formar as/os pesquisadoras/es comunitárias/os, falantes das diversas línguas predominantes dos territórios escolhidos quanto aos objectivos das oficinas, metodologia e, ética de trabalho;

3ª fase

Delinear os perfis do público – chave tendo em conta os seguintes critérios: sexo, idade, estatuto social e área de actuação. Nesta fase foi muito importante o trabalho de mapeamento dos territórios que se fez anteriormente;

⁴⁵ Além dos critérios apontados foi importante a escolha deste território para dar continuidade aos trabalhos e consolidar as relações já existentes entre estas populações e o CEAP desenvolvidas em trabalhos e contactos anteriores.

4ª fase

Um último critério cumulativo de selecção foi introduzido: o conhecimento e a relação próxima existente entre a equipa da IAP e as/os potenciais participantes. As razões aduzidas para ter em conta este critério têm que ver com o facto de estarmos a desenvolver uma pesquisa num contexto de conflito no qual as desconfianças e jogam um papel determinante na impossibilidade de avançar com diálogos e colaborações. Por esse motivo conhecer as pessoas, saber que línguas falam ou entendem, qual as suas opções religiosas e as suas linhagens ajudou muito a cumprir com o nosso objectivo de não provocar dano ou criar novos conflitos.

Deste modo, em cada território foram identificadas/os 20 pessoas consideradas actoras/es-chave das/dos quais 12 foram mulheres e 8, homens perfazendo 60 no total.



Fotografia 1 Oficiniária sobre Ajuda Humanitária em Mapupulo



Fotografia 2 Oficiniária sobre Meios de Vida em Cariató



Fotografia 3 Oficiniária sobre Meios de Vida em Ntende



Fotografia 4 Oficiniária sobre a construção da paz em Cariacó



Fotografia 5 Socialização da IAP em Ntende



Fotografia 6 Socialização da IAP em Mapupulo



Fotografia 7 Trabalho de preparação das oficinas em Cariacó



Fotografia 8 Chegada e distribuição dos meios de vida a Ntende, Mocímboa da Praia

Constrangimentos encontrados e soluções postas em prática

Neste processo foram encontrados alguns limites e constrangimentos. Perante alguns dos problemas foram sendo encontradas as soluções que mais adequadas dentro das possibilidades existentes. Apontamos em seguida as cinco principais das quais, duas, não estavam ao nosso alcance resolver cabalmente:

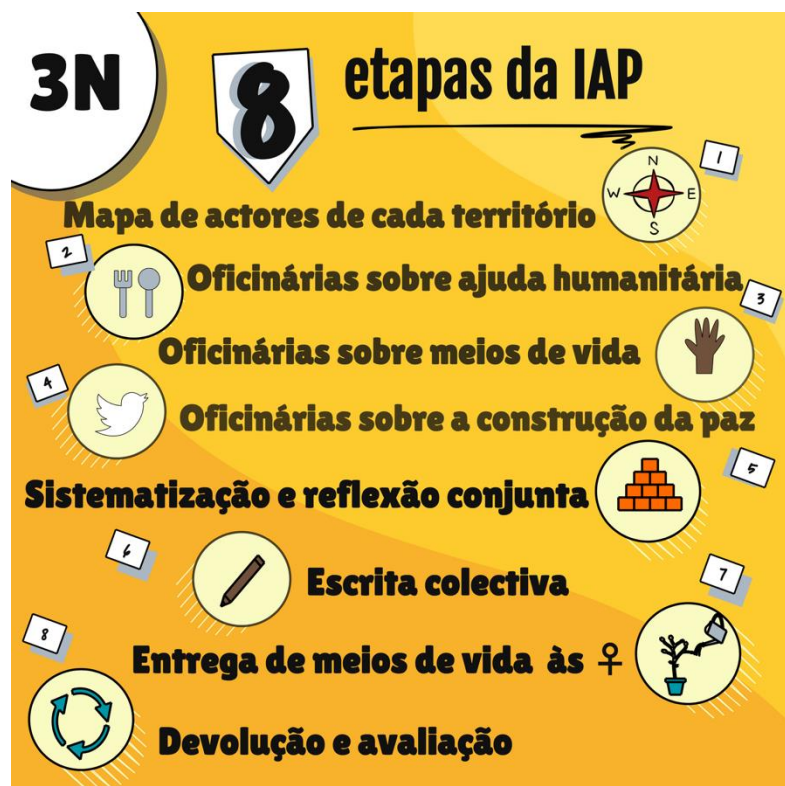
1. Após a primeira oficina sobre Ajuda Humanitária, descobriu-se que em Mapupulo havia um maior número de participantes falantes da língua Shimakonde em comparação com os que dominam o Emakhua, enquanto o cenário inverso ocorria em Cariacó. Assim, surgiu a necessidade de trocar uma parte da equipa: o Alberto ficou responsável com a Júlia pelas oficinas em Mapupulo, e o Hermenegildo com a Arlete ficaram responsáveis pelo trabalho em Cariacó. Essa troca foi muito importante, pois aumentou o fluxo de comunicação e permitiu não depender tanto das traduções feitas pelas pesquisadoras comunitárias locais. Além disso, garantiu a inclusão e o conforto das/os participantes, uma vez que as oficinas foram conduzidas em formato bilíngue: Emakhua - Português, Shimakonde - Português e Kimwani - Português (em Mocímboa da Praia). Dito por outras palavras, as oficinas aconteceram na comunidade, para a comunidade e com a comunidade nas línguas das comunidades e na presença de pessoas sobejamente conhecidas pela comunidade o que granjeou a simpatia e a confiança no seio dos grupos.
2. A opção de entregar apenas às mulheres kits de meios de vida gerou alguma conflitualidade uma vez que os homens presentes consideraram a medida injusta e, alguns deles não compareceram na Oficina sobre a construção da paz em Cariacó como forma de protesto. Embora a opção tenha sido baseada no conhecimento empírico comprovado repetidamente de que são as mulheres as responsáveis por fornecer comida às suas famílias e são elas que gerem a economia familiar a respeito dos bens de sobrevivência, precisamos ponderar melhor duas outras questões em iniciativas posteriores. A primeira tem que ver com a construção local das identidades masculinas em que, seja verdade ou não, o homem vê-se como o provedor da família. Negar-lhe esse estatuto toca na sua própria ideia de dignidade pessoal. Isto significa que há que compreender melhor a construção das masculinidades e o lugar da figura do provedor, assim como fazer um trabalho prévio com os homens a este respeito. A segunda, é nos questionarmos colectivamente sobre os significados atribuídos à igualdade e desigualdade entre mulheres e homens para podermos avançar com propostas de não-discriminação e de desmantelamento dos discursos de ódio com base na identidade sexual que possam ser compreensíveis e capazes de

transformar, por dentro, os actuais enormes desequilíbrios a este respeito. Os conceitos dominantes do chamado mainstream de género como Igualdade de Género, Violência Baseada no Género ou Divisão Sexual do Trabalho, continuam a ser largamente inoperantes nestes contextos contribuindo muito pouco para mudanças estruturais pois não compreendem nem trabalham com especificidades e entendimentos locais que estão muito para lá da sua lógica ocidental donde provêm.

3. O terceiro constrangimento encontrado foi o estado das estradas e a segurança no que diz respeito à mobilidade dentro da província. Isto significou viagens por estrada longas e, potencialmente perigosas, entre Pemba, Montepuez e Pemba e Mocímboa da Praia. Estando fora das nossas capacidades de resolução foi feita sempre uma análise de risco antes de cada viagem e decidiu-se não se fazerem as viagens necessárias sem companhia para aumentar os recursos pessoais em caso de acidente ou de algum outro problema.
4. Ao se fazer o planeamento inicial não foi ponderado em termos orçamentais e logísticos a entrega dos kits de meios de vida às participantes das oficinas em Ntende, Mocímboa da Praia. Assim, perante o problema o Grupo Motor da IAP decidiu mobilizar vários actores no sentido de viabilizar esta entrega. Contou com a colaboração da autarquia de Mocímboa da Praia e a administração do distrito para conseguir um carro para transporte; a Ayuda en Acción facilitou a armazenagem dos bens até ao seu transporte; e, por fim, de comum acordo o consórcio responsável pelo projecto (GgG, AeA e CEAP) fez a alteração orçamental que permitiu dotar este transporte dos meios financeiros indispensáveis. No planeamento e orçamentação de projectos próximos estas as particularidades do terreno terão que ser melhor compreendidas e ponderadas.
5. Por fim, é importante realçar que tanto o período de campanha eleitoral e a violência pós-eleitoral que a partir do dia 21 de Outubro assola Moçambique alteraram profundamente as condições materiais e psicológicas das pessoas. A insegurança, a repressão policial, a expectativa na possibilidade de uma solução pacífica, a violência popular contra o regime não permitiram concluir as actividades que estavam previstas para os meses de Novembro e Dezembro de 2024, a saber: encontros de validação das aprendizagens feitas e acompanhamento dos projectos de meios de vida assim como uma Oficina sobre discursos de ódio e construção da paz com a participação de elementos-chave – mulheres e homens - da sociedade local para aprofundar as capacidades colectivas para avançar nas reflexões e soluções necessárias para terminar a guerra e pacificar a sociedade. Estas actividades foram suspensas e espera-se que se reúnam condições de segurança e também de disponibilidade psicológica para as realizar.

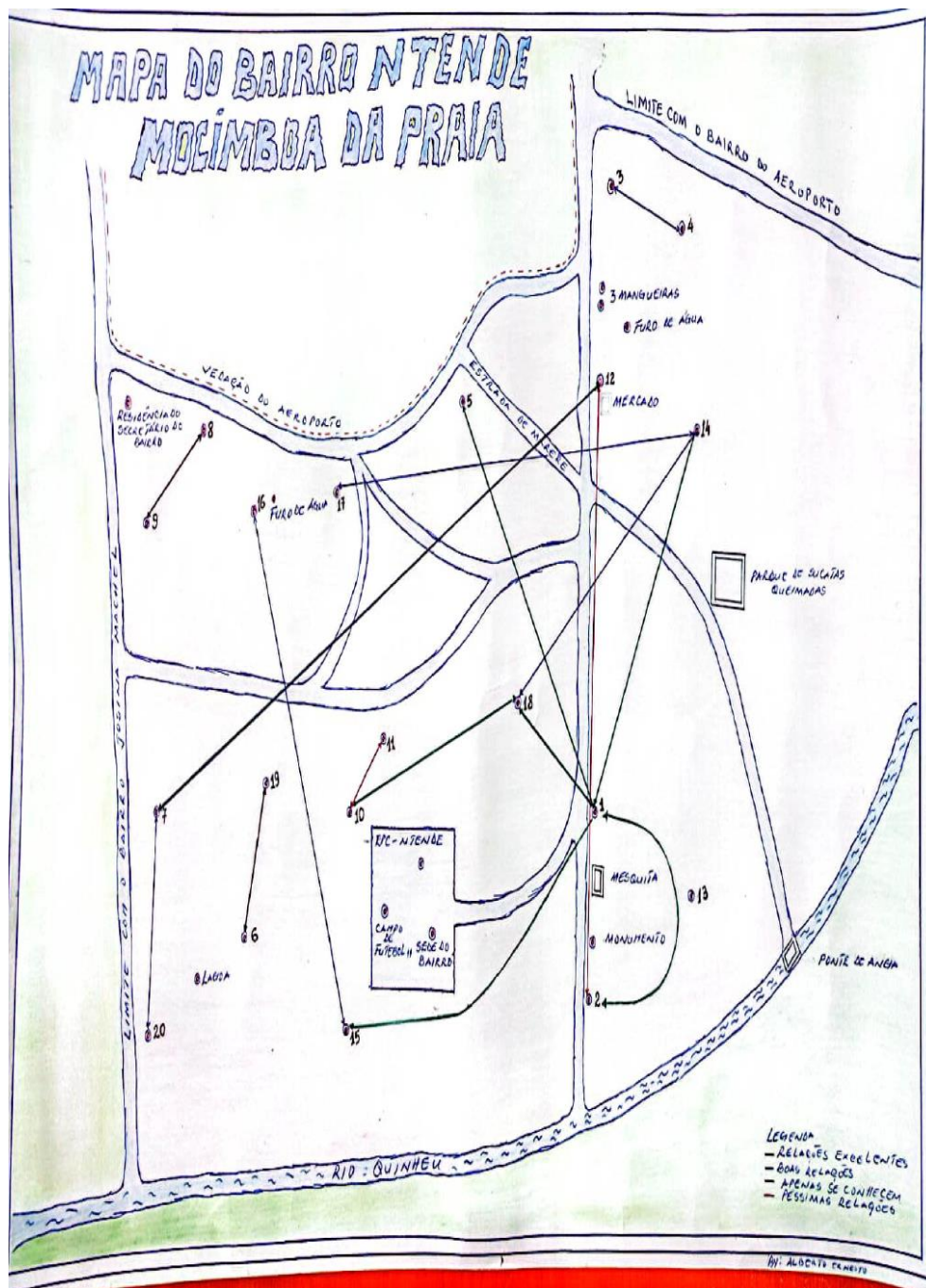
Dispositivo actividades e ferramentas

A investigação-acção participativa foi estruturada em 8 etapas:

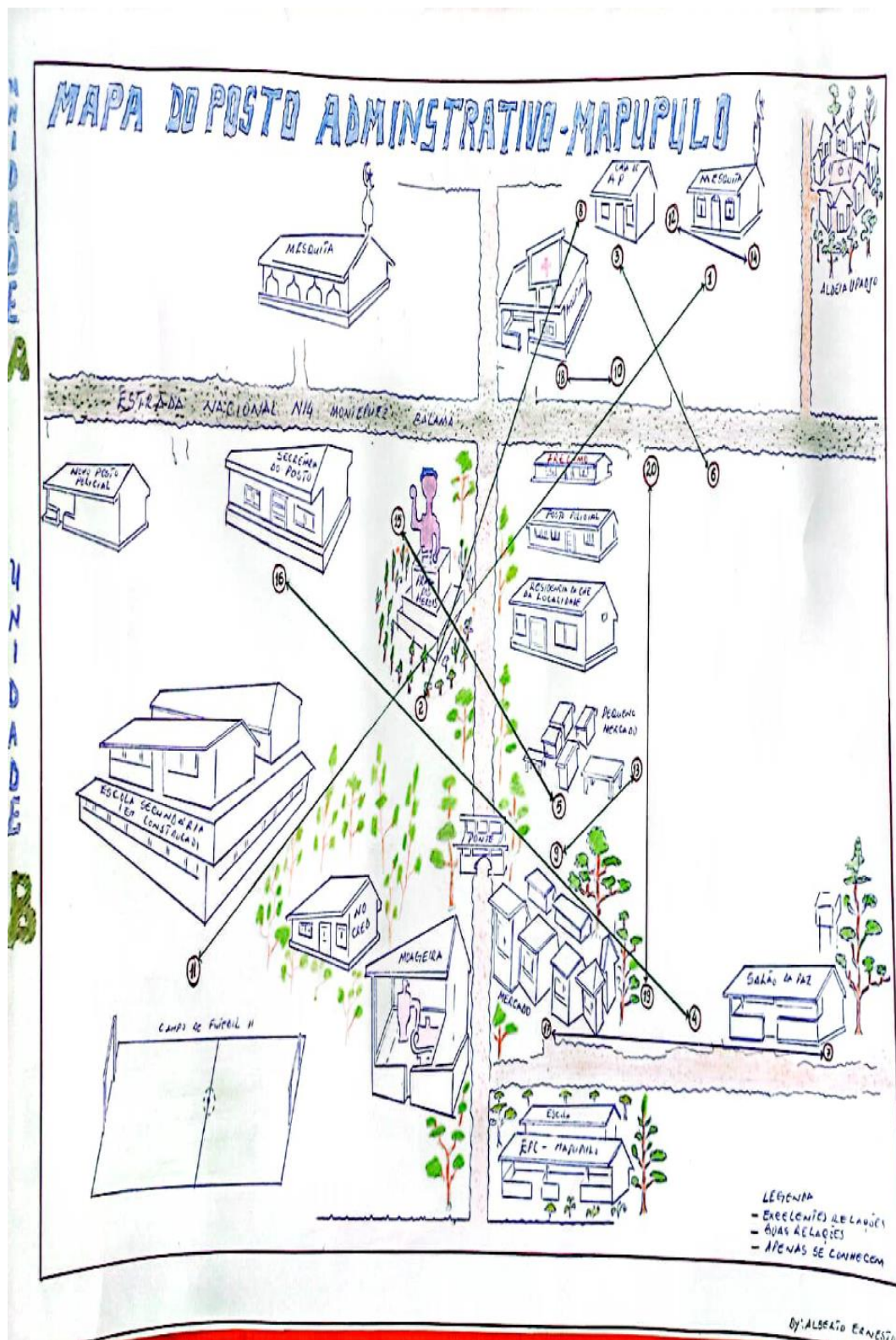


Cada etapa foi acompanhada e complementada por diários de campo reflexivos, relatórios intermédios e reuniões da equipa. Cada etapa teve os seus objectivos que, em conjunto, pretendiam garantir a coerência interna de todo o processo:

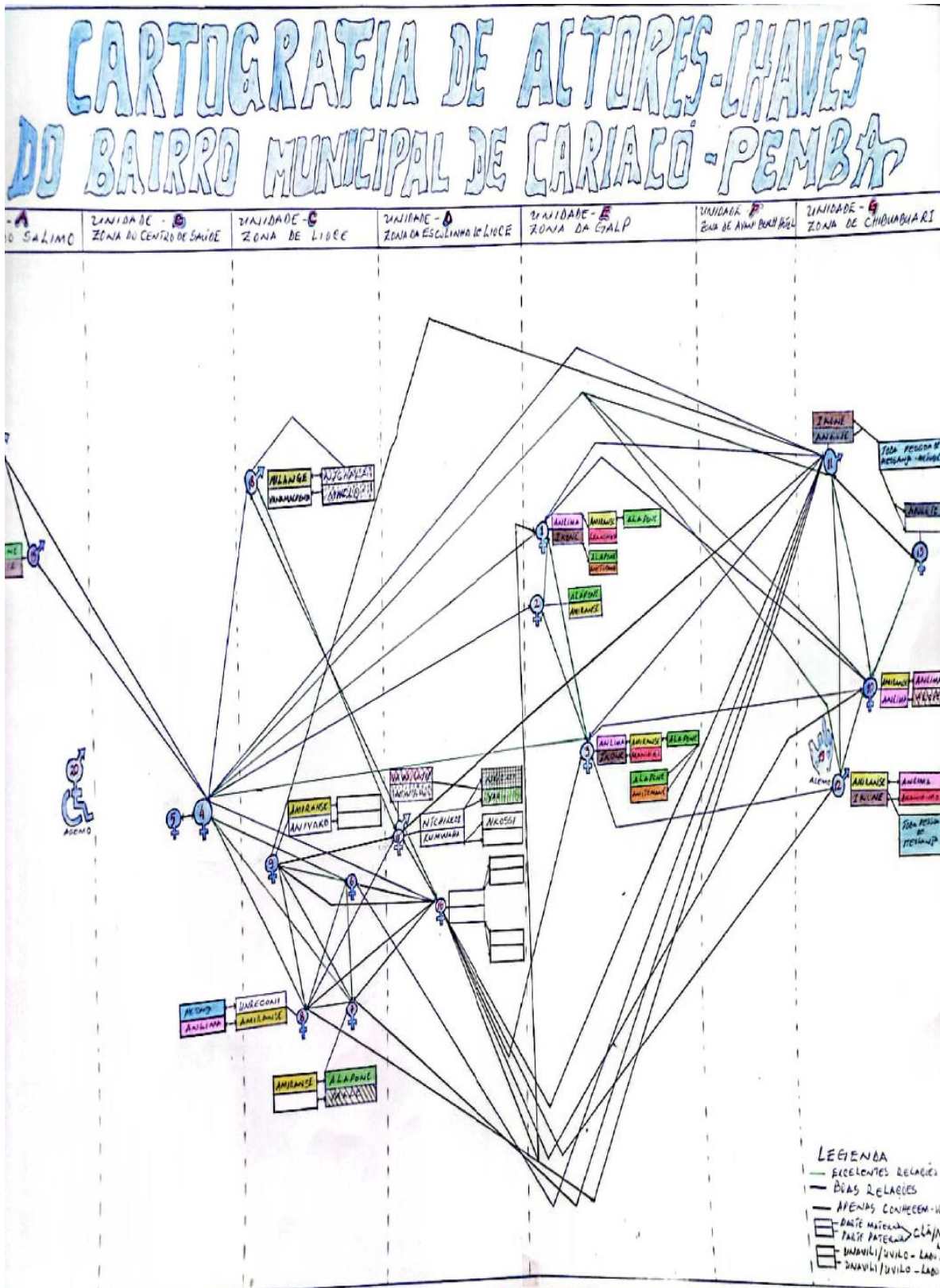
Os **mapas de actores** serviram não apenas para conhecer o território de maneira pormenorizada, mas sobretudo perceber as relações entre as/os diversas/os actoras/es sociais ali presentes e, como isso determinava as relações de poder, mecanismos de discriminação ou de inclusão. Este exercício foi também importante como uma forma da equipa ser conhecida pela comunidade e constituiu-se ainda, num instrumento de diálogo com as autoridades locais o que é absolutamente necessário nestes contextos para garantir a segurança de todas as pessoas participantes.



Fotografia 9 Mapa do bairro de Ntende



Fotografia 10 Mapa do Posto administrativo de Mapupulo



Fotografia 11 Mapa de Cariacó

As **Oficinárias** - uma fusão de oficina - actividades práticas e colaborativas - e de seminário - actividades de reflexão e discussão - tiveram três objectivos principais:

1. Colocar à reflexão e discussão de cada grupo focal em cada território as três dimensões do Triplo Nexo;
2. Aprender a partir dessas reflexões quais os seus limites e ausências;
3. Fazer propostas para o futuro⁴⁶.

TRIPLO NEXO



No caso das oficinas sobre Meios de Vida - nome dado localmente ao que definem, em parte, como desenvolvimento - elas foram desdobradas em dois tempos diferenciados: o primeiro foi de reflexão sobre o que significa desenvolvimento localmente, os seus conteúdos, os seus nomes nas línguas locais e quais as aspirações das populações. O segundo consistiu na identificação de quais seriam as necessidades de cada mulher participante para dar início a um pequeno negócio ou actividade geradora de renda e, com isso, começar a caminhar em direcção à sua própria aspiração do que é uma vida melhor. A etapa da **escrita colectiva** foi fundamental para criar uma visão mais completa e abrangente da investigação e das aprendizagens e experiências que ela implicou e o registo dos conhecimentos e aprendizagens que suscitou. Teve como principais metodologias: a partilha de diários, relatórios, fotografias e reuniões da equipa para conversar sobre os acontecimentos, os achados e aprendizagens, os limites e constrangimentos encontrados, as potencialidades identificadas, a partilha de críticas ao 3N com base nas práticas vividas

⁴⁶ Tanto os planos de cada oficina quanto os diários reflexivos e relatórios correspondentes podem ser consultados na página do projecto.

A circulação entre todas e todos das várias versões escritas para correcções e sucessivo *member checking*⁴⁷, até se chegar a uma versão consensual e co-autorada dos produtos escritos foi fundamental para uma apropriação da equipa e o fortalecimento das nossas capacidades pessoais e colectivas.

Como estava previsto, depois da identificação feita pelas mulheres nas oficinas, foram adquiridos e **entregues aqueles meios de vida** que, no seu entendimento, e dentro do orçamento do projecto seriam necessários para elas iniciarem os seus pequenos negócios e fazer frente à dependência da ajuda humanitária seja esta prestada pela vizinhança ou por outras instituições. Estas entregas foram feitas através de cerimónias concebidas localmente, tal o valor dado ao acontecimento.

Devolução e avaliação. Numa sociedade onde a ausência de recursos básicos de sobrevivência diária é tão severa, temos consciência que os produtos que disponibilizámos podem ter servido, em alguns casos, não para iniciar os pequenos negócios acordados, mas para matar a fome mais imediata da família. Este facto tem que ser compreendido para que possamos fazer uma reflexão mais profunda sobre o valor material e simbólico deste tipo de iniciativas para que não contribuam ainda mais para a mercadorização das relações de solidariedade. Esta compreensão será apoiada por um processo de avaliação *ex post* junto dos grupos de mulheres que receberam aqueles meios de vida auscultando não só como foram utilizados, mas também os resultados da sua utilização. Este processo supõe regressar a cada um dos territórios e grupos e realizar consultas participativas através de uma escuta atenta e respeitosa.

Avaliação de seguimento: o caso de Mapupulo

Foi realizado um trabalho de avaliação de seguimento sobre o impacto imediato do Kit de meios de vida entregue às mulheres para perceber melhor como o processo se desenrolou, as dificuldades encontradas por elas, os benefícios conflitos e constrangimentos surgiram para poder compreender melhor as dinâmicas locais de género e também aperfeiçoar este tipo de iniciativas no futuro. Pela extensão do trabalho realizado, optamos por apresentar aqui exclusivamente o trabalho de

⁴⁷ Refere-se a uma técnica de devolução e validação de achados de pesquisa em que todas as pessoas envolvidas são chamadas a se pronunciarem sobre eles, por isso, o nome que lhe é dado é de verificação das/os membras/os (member checking). Ver: Caretta, M. A. (2016). Member checking: A feminist participatory analysis of the use of preliminary results pamphlets in cross-cultural, cross-language research. *Qualitative Research*, 16 (3), 305–318

acompanhamento e avaliação realizado no Posto Administrativo de Mapupulo, Montepuez, situado na zona sul da Província de Cabo Delgado, em 14 de março de 2025.

Metodologia de Avaliação em Mapupulo

A avaliação foi conduzida com visitas porta-a-porta às residências das 10 mulheres que receberam os kits s e, em alguns casos, aos locais de produção ou de execução das actividades comerciais. Foram utilizadas técnicas como a observação directa, entrevistas, registos fotográficos e análise de documentos para melhor compreender a situação atual de cada uma delas. Para além disso, considerou-se essencial ouvir a análise feita por cada uma delas sobre o processo de implementação, ou não, do seu projecto de negócio inicial.

Para medir os resultados alcançados, tiveram-se em conta os seguintes indicadores (observados e relatados): (1) a redução da dependência de ajuda humanitária; (2) o aumento da renda e (3) a melhoria da segurança alimentar. Para o sucesso deste processo contribuiu significativamente o envolvimento activo da pesquisadora comunitária local.

O processo relatado por elas: os depoimentos

Marcelina Eduardo

Marcelina relatou que, após vender os produtos recebidos, utilizou grande parte do dinheiro para adquirir um terreno onde planeia construir sua própria casa. Ela destacou a importância de possuir a sua casa própria, afirmando que depender exclusivamente da casa do marido pode representar uma vulnerabilidade, pois ele poderia, a qualquer momento, expulsá-la junto com as/os filhas/os. Parte dos recursos também foi investida em sua machamba, garantindo-lhe maior autonomia financeira. Além disso, Marcelina revelou que, desde que recebeu os kits, não precisou solicitar ajuda financeira para despesas médicas das/os filhas/os. Ela tem utilizado o açúcar recebido no kit para destilar e comercializar aguardente, conhecida localmente como Nipa, o que tem gerado renda para suprir pequenas necessidades domésticas. Ela expressou grande gratidão pelo apoio recebido.

Notas de avaliação: Devido à crise de energia provocada pela tempestade Jude, não foi possível registar imagens no momento da visita. Entretanto, observaram-se evidências claras de destilação e comercialização do Nipa. Na comunidade, a garrafa de 350 ml é vendida a 20 MZN.

Justina Adão

Segundo Justina, a comercialização de alguns itens, como massas de esparquete e capulanas, foi mais lenta do que o esperado. Para contornar essa situação, ela optou por trocar capulanas com pensionistas, recebendo vales em troca. O dinheiro obtido foi usado para adquirir Mamba, um herbicida essencial para o cultivo de gergelim, considerada uma cultura de alto valor económico na região.

Além disso, Justina guardou 4.000 MZN em uma conta-poupança comunitária⁴⁸, que será formalizada em Abril. Enquanto isso, ela continua a destilar Nipa para gerar pequenos rendimentos e atender às necessidades básicas, sobretudo em função da baixa demanda por produtos de mercearia durante a estação chuvosa, quando a maioria das pessoas se dedica à machamba. Justina destacou que o óleo de cozinha foi o produto mais vendido, embora com margens de lucro reduzidas, enquanto a massa de tomate não teve aceitação na sua área. Ela acredita que o trigo tem maior potencial de venda, possibilitando a produção de fritos, conhecidos como Mandazi, que são populares na região.

Notas de avaliação: Identificamos evidências de produção e comercialização de Nipa, incluindo clientes consumindo a bebida. Também notámos uma bandeirola plástica, símbolo local de pontos de venda de bebidas alcoólicas.

⁴⁸ Tratam-se de sistemas não bancários de poupança normalmente praticados pelas mulheres que são estruturados de forma variada, mas que têm objectivos semelhantes: incentivar a poupança para a realização de um ou mais objectivos mais dispendiosos; de promover uma disciplina orçamental considerada uma competência fundamental de gestão de recursos, nomeadamente, os financeiros.



Fotografia 12 A bandeirola de plástico: ponto de venda de Nipa

Rosalina Eugénio

Rosalina relatou que parou de produzir fritos, conhecidos como Mandazi, devido ao alto custo do óleo de cozinha. No entanto, o dinheiro obtido com a venda dos produtos foi depositado na sua conta-poupança. Em Dezembro, ao abrir o cofre, utilizou os recursos para reabilitar a sua casa e realizar a instalação eléctrica. Parte do dinheiro também foi investida na sua machamba. Ela continuou a destilar Nipa e a economizar.

Com o apoio recebido, Rosalina destacou que não precisa mais realizar "ganhari" – um tipo de trabalho em que ajudava outras pessoas na machamba em troca de pagamento. Este ano, pela primeira vez, conseguiu comprar uniformes escolares para seus filhos. Ela mencionou que, se fosse possível, gostaria de receber mais açúcar e trigo. Além disso, adquiriu dois sacos de Kotchoko, uma espécie de caju seco usado na destilação de Nipa.

Notas de avaliação: Foram encontradas evidências da reabilitação da casa e da instalação eléctrica, bem como da produção e venda de Nipa. Foi possível registrar pelo menos uma imagem no local.

Sofia Momedede

Sofia relatou que conseguiu comprar seis chapas de zinco com os lucros obtidos, bem como reservar parte do trigo em boas condições até à data da visita. Com os recursos, ela também reabilitou a sua casa que havia sido danificada pelo ciclone Jude. Algumas capulanas foram usadas como pagamento para mulheres que a ajudaram na machamba, enquanto dois pares foram reservados para uso pessoal.

Notas de avaliação: Nas oficinas Sofia destacou que seu conceito de desenvolvimento incluía a construção de uma casa com cobertura de zinco. Apesar de sua meta inicial fosse adquirir 30 chapas, ela conseguiu investir em 6 chapas com as vendas realizadas, demonstrando determinação em alcançar os seus objectivos. Durante a visita, verificámos a casa reabilitada com os recursos obtidos o que reflectiu seu foco e planeamento.

Teresa Valério

Teresa explicou que deixou de produzir Mandazi devido aos altos custos do óleo de cozinha. Entretanto com os lucros obtidos com a venda de outros produtos foram depositados na conta-

poupança comunitária. Em Dezembro, ao abrir os cofres, ela utilizou parte do dinheiro para reabilitar sua casa e realizar a instalação eléctrica, aplicando o restante na sua machamba. Atualmente, dedica-se à destilação de Nipa e continua economizando.

Teresa destacou que, pela primeira vez, conseguiu comprar uniformes para o seu filho e afirmou que este foi o único ano em que não precisou realizar biscates em outras machambas para atender às necessidades básicas da sua família. Ela mencionou que, se tivesse a oportunidade de receber mais apoio, gostaria de um reforço nos itens de açúcar, capulanas e trigo, pois esses produtos tiveram grande aceitação em termos de vendas. Além disso, com os ganhos obtidos, adquiriu dois sacos de Kotchoko, material essencial para a produção de Nipa.



Fotografias 13 - A casa rebocada de cimento de Teresa

Notas de avaliação: Observamos que as paredes da casa foram reforçadas com cimento e a instalação eléctrica havia sido concluída. Confirmámos também que a produção e venda de Nipa na casa de Teresa estavam em andamento, contribuindo para proporcionar maior conforto à sua vida.

Albertina António

Albertina explicou que, após vender os produtos, investiu parte do dinheiro na machamba, especificamente no cultivo de gergelim, e outra parte foi destinada à poupança. Além disso, utilizou parte da mercadoria para ajudar o seu irmão, deslocado de Nairoto, a montar uma pequena banca na casa da mãe, onde ele agora trabalha. Actualmente, Albertina continua a destilar Nipa, mas relatou que o negócio não está prosperando como antes. Segundo ela, os clientes preferem Nipa destilada a partir de Kotchoko pois acreditam que a versão feita com açúcar afecta a virilidade masculina. Isso obrigou Albertina e outras/os produtoras/es locais a utilizarem Kotchoko, o que aumentou a concorrência, já que muitas/os vizinhas/os também produzem Nipa. Ela também mencionou que as capulanas coloridas não tiveram boa aceitação em sua área, sendo apelidadas de "Antório Kanrimela" (António nunca se perderá), uma ironia sobre suas cores chamativas, que tornam a pessoa visível à distância.

Notas de avaliação: Foram observadas evidências da venda de Nipa, e havia indícios de que a própria beneficiária também consumia a bebida. Embora não tenhamos visitado a banca do irmão, a pesquisadora comunitária confirmou que os produtos são vendidos ali na casa da mãe. Durante a conversa, a pesquisadora mencionou que Albertina tem um filho que estuda em Montepuez e, ocasionalmente, consegue atender às necessidades escolares dele com os rendimentos obtidos.



Fotografia 13 O alambique de Albertina

Cristina Henriques

Cristina relatou que, após vender os produtos recebidos, investiu parte do dinheiro na sua machamba de gergelim, que é considerada uma cultura de rendimento na região. Outra parte dos lucros foi usada para matricular sua filha na 12ª classe e adquirir material escolar. Actualmente, ela mantém os negócios de produção de Nipa e venda de Mandazi. Cristina destacou que, caso recebesse mais apoio, solicitaria um reforço de produtos como detergente em pó, massa de tomate e capulanas.

Notas de avaliação: Durante a visita, confirmámos a venda de Nipa, encontrando uma cliente consumindo a bebida. Não foi possível visitar as machambas devido à distância em relação à comunidade e ao tempo limitado disponível para deslocamentos.



Fotografias 22 e 23 - A casa e o alambique de Cristina

Zita Damião

Zita explicou que, ao receber os produtos, confiou a gestão do negócio ao seu filho mais novo. No início, as vendas geravam rendimentos diários de 5.000 a 7.000 MZN. Entretanto, o surgimento de uma nova loja na comunidade, com preços mais baixos, reduziu o ritmo dos negócios. Ainda assim, o seu filho continuou a conduzir a mercearia no mercado local. Zita mencionou que os produtos mais procurados foram açúcar, óleo de cozinha, arroz e caldo, enquanto as capulanas enfrentaram menor aceitação, sobrando algumas unidades em estoque.

Notas de avaliação: Após os depoimentos, Zita convidou-nos a visitar o mercado onde o seu filho vende os produtos. Ficámos impressionada/o com a resiliência e sucesso alcançados, sendo um exemplo notável em Mapupulo. Zita foi a única que conseguiu manter uma mercearia funcionando de forma sustentável, além de gerar emprego para o filho.



Fotografia 24 - A mercearia de Zita e o seu filho mais novo

Raquel Cipriano

Raquel, grávida na época em que recebeu os kits para montar um salão de cabeleireiro, pediu apoio ao seu cunhado para comercializar os produtos. O cunhado passou os produtos para um amigo sem o consentimento dela, e nenhum dos dois entregou os lucros ou o stock restante. Esse episódio marcou um grande fracasso no início da sua jornada. Com as máquinas de salão que recebeu, Raquel tentou abrir um negócio de cabeleireiro e contratou um rapaz para realizar os cortes masculinos. Contudo, o funcionário não prestava contas adequadamente. Após substituir o rapaz, Raquel enfrentou mais um revés quando suas máquinas foram roubadas, deixando apenas o espelho, inutilizado para o negócio. Apesar dos desafios, ela afirmou que, se tivesse uma segunda chance, insistiria no kit de salão de beleza porque é o que ela sabe e gosta de fazer.

Notas de avaliação: Pudemos constatar a estratégia seguida por Raquel ao confiar o seu kit ao seu cunhado se seguiram uma série de problemas de defraudamento das suas expectativas e também do seu poder de as resolver a seu favor. Este caso mostra bem o desequilíbrio de poder entre mulheres e homens ainda persistentes.



Fotografias 25 e 26 - O espelho partido de Raquel

Zita Ntchumali

Zita destacou que vendeu quase todos os produtos recebidos, excepto a massa de tomate, e investiu no negócio de Mandazi. Após acumular o valor das vendas, ela viajou para a cidade de Pemba onde adquiriu mais 10 peças de capulanas para expandir seu negócio. Estratégica, Zita optou por não vender o óleo de cozinha, pois sabia que precisaria dele para a produção dos fritos, o que contribuiu para o sucesso da sua caminhada.

Ao ser questionada sobre como conseguiu vender todas as capulanas num período em que as outras mulheres alegaram terem tido dificuldades, Zita explicou que o negócio exige dinamismo. Ela percorreu as casas das mulheres na comunidade e até visitou áreas periféricas do posto administrativo para apresentar e vender seus produtos, garantindo uma alta rotatividade.

Além disso, Zita mencionou que, como deslocada, tinha o sonho de adquirir um espaço próprio, em vez de continuar morando em uma casa emprestada. Após revender as capulanas, contratou trabalhadores para construir uma modesta casa agora coberta de chapas de zinco. Durante a estação chuvosa, decidiu pausar o negócio de capulanas para aguardar a época da colheita, mas

destacou que mantém reservas financeiras para retomar suas actividades. Zita considera-se realizada por alcançar o sonho de possuir a sua própria casa.

Notas de avaliação: As capacidades empreendedoras foram fundamentais para o êxito de Zita como também a sua visão estratégica. Isso quer dizer também que pensar antes de agir pode ser uma chave para o sucesso.



Fotografia 27 – A casa nova de Zita

Principais aprendizagens e análises feitas

Por se tratar de uma zona rural, grande parte das beneficiárias decidiu vender os produtos recebidos e investir os lucros obtidos na agricultura, especialmente no cultivo de gergelim, que é amplamente reconhecido como uma cultura de rendimento na região. Esse investimento reflecte a confiança das mulheres no potencial económico dessa actividade agrícola para melhorar sua subsistência e gerar renda.

Outro aspecto que recebeu atenção significativa foi a melhoria das condições das habitações, construção de novas casas ou aquisição de espaços próprios. Para muitas dessas mulheres, a posse de uma casa representa mais do que um abrigo; é um símbolo de autonomia e superação de situações de vulnerabilidade e humilhação vividas, muitas vezes, em relação aos seus cônjuges. Assim, ao terem a oportunidade de construir suas próprias habitações ou garantir um espaço seguro, as beneficiárias experimentaram não apenas avanços financeiros, mas também uma significativa melhoria na qualidade de vida e independência habitacional.

Adicionalmente, o apoio recebido desempenhou um papel crucial no enfrentamento dos impactos das mudanças climáticas, que frequentemente afectam a comunidade na forma de tempestades

tropicais e ciclones, como o ciclone Chido e o ciclone Jude (Dezembro de 2024 e Janeiro de 2025). As melhorias habitacionais realizadas com os recursos obtidos ajudaram a mitigar os efeitos indesejados desses eventos climáticos, proporcionando maior segurança e estabilidade às mulheres e às suas famílias.

A produção de aguardente, conhecida localmente como Nipa, tornou-se uma alternativa viável para muitas mulheres que não possuíam habilidades ou experiência em negócios de mercearia. O facto de ser um produto não perecível permitiu que elas trabalhassem nas suas machambas sem preocupações excessivas com furtos ou deterioração dos produtos. Além disso, a Nipa é amplamente consumida pela comunidade, tanto por homens quanto por mulheres, servindo não apenas como fonte de renda, mas também como elemento cultural associado ao lazer. No entanto, fica a preocupação de este consumo poder ser uma ameaça à saúde pública e também, quando consumindo em abundância, um factor que pode potenciar o uso de violência. Uma pesquisa mais detalhada poderá perceber melhor este fenómeno e os seus impactos.

Entre estas dez mulheres apenas uma conseguiu manter o negócio de mercearia de forma lucrativa. Essa iniciativa não só garantiu sua sustentabilidade financeira, mas também gerou uma oportunidade de auto-emprego para o filho recém-formado no curso de enfermagem. Diante das dificuldades para encontrar um emprego formal, ele assumiu a gestão do negócio, demonstrando competência e contribuindo para o sucesso da actividade. Porém, fica a preocupação de estas estratégias de apoio mascararem a falta de políticas públicas de emprego e a responsabilidade do Estado em proteger e garantir os meios de vida da sua população.

O comprometimento e a determinação de algumas destas mulheres foram fulcrais. Um exemplo marcante foi o de uma beneficiária que, durante as oficinas sobre Viver Bem definiu seu conceito de desenvolvimento como a construção de uma casa com cobertura de chapa de zinco e fixou esse objectivo de forma consequente. Apesar de, inicialmente, pedir ao projecto 30 chapas, ela soube adaptar-se ao contexto. Após vender os produtos recebidos investiu, imediatamente, na compra de 6 chapas, evidenciando sua paciência e foco para, eventualmente, concretizar seu sonho por completo.

Desafios e fracassos

Entre todas as beneficiárias, apenas uma pode ser considerada como caso de insucesso. Esse resultado decorreu da infidelidade de familiares próximos e do furto dos equipamentos que poderiam ser utilizados para gerar renda. Essas adversidades comprometeram significativamente

sua capacidade de alcançar os objectivos do projecto, gerando frustração tanto para ela quanto para a iniciativa.

Desafios persistentes:

Em termos gerais, embora os resultados sejam encorajadores ao indicarem uma tendência de se alcançar uma modesta autonomia financeira, é evidente que ainda há um longo caminho a percorrer para atingir resultados mais expressivos. Persistem obstáculos significativos, como os altos níveis de pobreza, a baixa taxa de literacia e a prevalência de comportamentos desviantes, como o furto sofrido por uma das participantes. Esse roubo foi impulsionado por estereótipos de género que vinculam actividades como, usar máquinas de cortar cabelo, exclusivamente a homens. Mostram ainda os fortes desequilíbrios de poder entre mulheres e homens como mencionado em cima. Além disso, a impunidade em crimes que ocorrem no ambiente familiar, como o caso do cunhado da jovem que não prestou contas à beneficiária, e a insatisfação com o término das ajudas humanitárias, reflectida na tendência de buscar apoio contínuo, são factores que dificultam o ritmo esperado do processo de mudança.

Esses obstáculos podem funcionar como barreiras à melhoria das condições de vida tanto das mulheres e raparigas quanto da própria comunidade. No entanto, foi possível identificar indícios de mudanças positivas pois cada participante perseguiu os seus sonhos e objectivos de desenvolvimento pessoal e social. Isso ficou evidente na realocação de investimentos para áreas em que cada uma acreditava ter maior potencial, como a destilação e comercialização de Nipa, o cultivo de gergelim ou melhorias das suas casas. Tal comportamento reflecte o impacto positivo das oficinas que transmitiram a ideia de que Viver Bem é uma coisa que tem muitas faces (descolonizando o conceito de desenvolvimento) e frequentemente alinhado com as visões de mundo individuais e comunitárias endógenas. Apesar dos rendimentos permanecerem modestos foi notório o grau de satisfação nos rostos destas mulheres. Sugere-se ainda necessário oferecer formação adicional para aprimoramento dos conhecimentos sobre meios de vida e factores de sucesso, assim como desenhar estratégias de correcção de erros e constrangimentos observados antes de expandir a iniciativa para um maior número de participantes

7 Reflexões, análise e aprendizagens



Limites e ausências dos debates mainstream sobre o Triplo Nexo (3N)

Todo o trabalho realizado nos territórios com as pessoas participantes e as lideranças locais suscitou vários elementos de reflexão e análise a que dedicamos esta secção. Iniciamos com algumas reflexões gerais que têm que ver com aquilo que estamos a denominar como limites do quadro teórico-analítico de alguns dos fundamentos da proposta do Triplo Nexo. Numa segunda fase, acercar-nos-emos do contexto concreto de Cabo Delgado e apontaremos as principais ausências que foram identificadas articulando-as com as aspirações manifestadas, as sabedorias e práticas locais que foram emergindo ao longo da investigação. Estes dois movimentos reflexivos serão os fundamentos das recomendações políticas que se seguirão.

Limites

Limites do mainstream do 3 N

Políticas de localização em que só muda a escala

Condescendência colonial

A pretensa universalidade dos conceitos

O limite mais proeminente da abordagem dominante do 3N e que queremos analisar é a incapacidade de descentramento do pensamento de matriz norte-ocidental incluindo o das suas escolas críticas.

Podemos usar, para qualificar este limite, como uma manifestação insistente da colonialidade do saber e do poder⁴⁹ que permanece nas narrativas e nas políticas exportadas para o sul global, apesar da existência de múltiplas críticas ao projecto moderno europeu feitas a partir de dentro. Estas

⁴⁹ Ver: Migñolo Walter (2002), *Historias locales / diseños globales. Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid: Akal.

escolas de pensamento crítico são, muitas vezes, progressistas social e politicamente e conservadoras epistemologicamente.

Distinguimos os seguintes nós cegos teórico-analíticos através dos quais estas relações coloniais e de colonialidade se tornam aparentes:

1º A política de localização

Tendo sido largamente compreendido pelos diferentes actores no terreno a importância das escalas das acções no que respeita a cada um dos três pilares do 3N. Por outro lado, a necessidade de aumentar a eficácia e a eficiência e de adequar as intervenções às chamadas *populações-alvo*⁵⁰, tem vindo a ser desenvolvido o argumento de seguir políticas de localização do 3N. Em si mesmas, as políticas de localização são uma ideia pertinente. Porém, o que parece estar em causa não são políticas de localização através de diagnósticos colaborativos e de planeamento participativo com as comunidades que habitam os territórios. Por isso, deve-nos suscitar dúvidas e questionamentos se as chamadas políticas de localização significam, no essencial, uma redução da escala da acção dos sujeitos institucionais e organizacionais sem que se mudem os seus pressupostos, os conteúdos, as metodologias e, muito menos, se questione a racionalidade que informa aquilo que denominamos como cooperação para o desenvolvimento. Ou seja, a grande parte do que é considerado como política de localização corre o risco de manter o que é prescrito de fora-para-dentro (exógeno) e de cima-para-baixo (autoritário) mas a uma escala chamada de 'local'. Acresce que a definição do que é local também encerra a ambiguidade de se apresentar como uma medida em que deverão caber todos os contextos qualificados como tal sem maiores problematizações⁵¹.

2º A pretensão universalizante dos conceitos

⁵⁰ Se pararmos para pensar no que, material e simbolicamente, esta expressão quer dizer, verificamos que por um lado a *população* é algo indistinto e mudo tornando-se um alvo das nossas intervenções. Por outras palavras, não há lugar para o diálogo, no sentido profundo da palavra, mas a definição clara de quem é sujeito e de quem é pensado como objecto. Como argumentamos atrás a língua diz o mundo que temos ou aquele que queremos ter.

⁵¹ Uma análise profunda sobre a questão das iniciativas descentralizadas de construção da paz pode ser encontrada em: Alberdi, Jokin, Oianguren, María, Zambrano-Quintero, Liliana, Font, Tica (2024), *Guía para las agendas locales de paz y la cooperación descentralizada: orientaciones para el fortalecimiento de las políticas públicas locales de paz*. Barcelona: Diputación de Barcelona.

A criação do conceito do Triplo Nexo, formulado nos termos da articulação estreita entre a ajuda humanitária, o desenvolvimento e a paz, não tem sido acompanhada de cautela epistemológica de questionar, desde logo, cada um dos sub-conceitos constituintes. Isto aponta para uma ideia de uma única fonte de autoridade e legitimidade cognitiva a qual define que todos os grupos humanos, na sua diversidade, atribuem a essas ideias/conceitos os mesmos conteúdos e designam, da mesma maneira, as realidades para as quais eles apontam. Os contextos sociais, os processos históricos, as diversas cosmovisões, línguas através as quais se diz o mundo, as construções sociais e culturais de cada elemento da vida material e simbólica, as conjunturas e estruturas políticas de cada corpo social que habita e é habitada por um território, parecem pouco ou nada importar. Parte-se do princípio do valor universal destes conceitos elaborados num espaço-tempo restrito, ao qual pertence uma ínfima parte da humanidade, que é o chamado norte-ocidental. Ficam assim, de fora todas as objecções ou dissidências cognitivas e conceptuais que estão desalinhas com essa pretensão universalizante desta racionalidade e da sua supremacia sobre todas as outras que são descartadas como inúteis ou como obstáculos à consecução dos objectivos políticos desses centros imaginados, para usar a ideia de Benedict Anderson⁵², totalmente estranhos e longínquos.

3º A condescendência colonial

Mesmo tendo em consideração as boas intenções que pode ter uma política de Triplo Nexo, não é possível negligenciar que: se os diagnósticos das necessidades de ajuda humanitária das populações carentes não são colaborativos, mas prescritos e se a visão e objectivos de desenvolvimento e as aspirações de paz são concebidos e colocados em prática por outrem, e não pelas populações vitimizadas por violências armadas de variados géneros, isso é uma visão condescendente de tipo colonial. Percebemos essa condescendência colonial contemporânea:

⁵² Anderson, Benedict (1991), *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso.

<p>Na criação de um intervencionismo humanitário, de desenvolvimento e de construção da paz, que desresponsabiliza os Estados nacionais⁵³ e os seus governos das obrigações que têm perante as/os suas/seus cidadãs/ãos, nomeadamente no que diz respeito à efectiva implementação de políticas públicas sociais e transparência na prestação de contas;</p>	<p>Na privatização das políticas de cooperação e solidariedade internacionais através da dotação de enormes recursos financeiros para as ONGD colocando-as ao serviço dos objectivos políticos dos países financiadores;</p>	<p>No progressivo dismantelamento e desaparecimento das potencialidades e capacidades colectivas dos grupos e países 'ajudados' recriando e ressignificando a ideia, tão colonial, de que são incapazes de se governarem a si mesmos</p>
<p>Na presente economia política global que mantém as extremas desigualdades entre continentes e regiões dentro dos continentes; cria zonas/países de sacrifício, fornecedores de matérias-primas e mão-de-obra barata ou mesmo escrava e que permanecem dependentes da chamada ajuda externa; e os países centrais que decidem sobre os destinos do planeta enriquecidos à custa da acumulação de capital, tecnologia avançada e as mais-valias derivadas da transformação das matérias-primas, entre outras coisas;</p>	<p>Num <i>mainstream</i> de género que despolitiza e descontextualiza as lutas das mulheres do sul global que não atende às ideias de emancipação e dignidade das mulheres concretas</p>	<p>Na ressignificação e reforço das criaturas dos patriarcados de ontem e de hoje: o homem viril, branco ou um bom imitador dessa branquitude colonial seminal⁵⁴, nas encarnações contemporâneas de: guerreiro, chefe, provedor, autoridade, doador, parceiro, etc, e que continuam a ser a medida de todas as coisas e os detentores dos sistemas de privilégio.</p>

Figura 13 - Debates ausentes no 3N

⁵³ Dialogar com os governos para que haja interlocução com os órgãos executivos de países soberanos para viabilizar as intervenções, não constitui uma pedagogia de responsabilização nem dos governos nem dos Estados. Sem que se politizem os debates conceptuais do 3N e a economia política do mundo no sentido de agir em prol da justiça global, a ajuda humanitária, tal como as políticas de cooperação para o desenvolvimento são meras almofadas sociais criadas de fora-para-dentro e com um fraquíssimo potencial transformador.

⁵⁴ Ver: Bhabha, Homi K. *The Location of Culture*. London: Routledge, 1994.

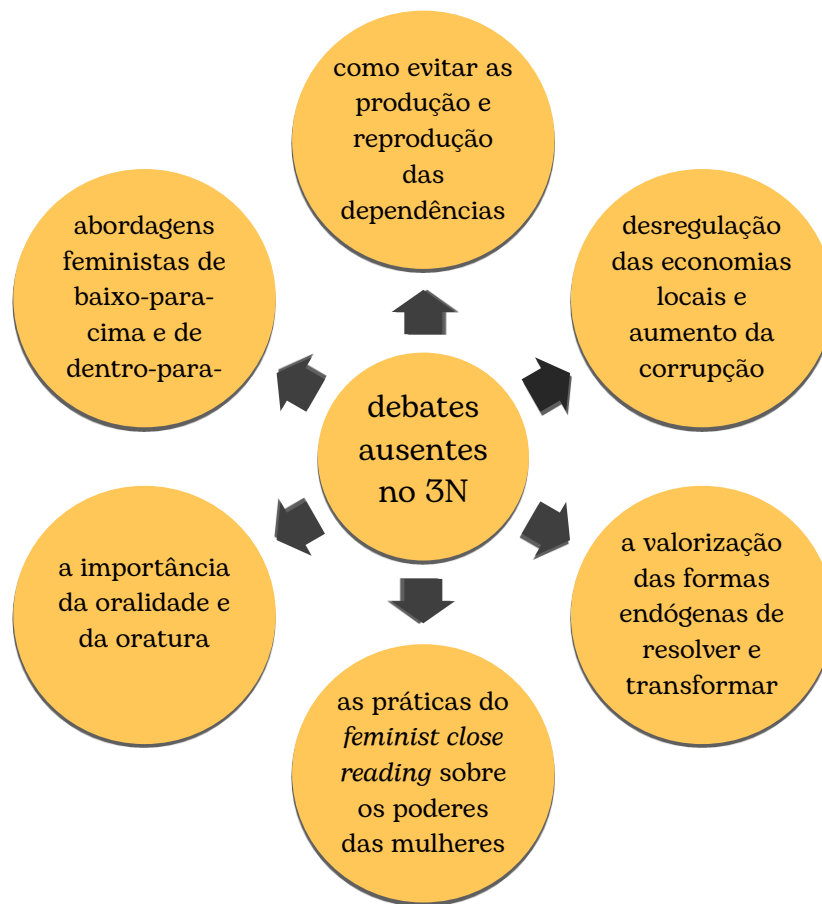
As políticas do Triplo Nexo devem ser fortemente questionadas sobre a possibilidade de fazerem parte do sistema colonial contemporâneo⁵⁵ participando, ainda que indirectamente, na manutenção das profundas desigualdades e dependências globais, ainda que se apresente, contraditoriamente, como um mecanismo de correcção e transformação positiva dessas mesmas desigualdades e dependências.

Ausências

A nossa análise crítica do 3N revela uma série de ausências relativas a assuntos que parecem estar a ser considerados irrelevantes ou mesmo dispensáveis de consideração e atenção. O trabalho no campo, tendo por protagonistas as pessoas participantes nas oficinas e as equipas de investigadoras/es comunitárias/os acionaram a abertura de uma série de portais cognitivos e de reflexão sobre algumas ausências no *mainstream* do Triplo Nexo a partir dos contextos e dos termos concretos das pessoas intervenientes nos três territórios de Cabo Delgado.

No nosso entendimento, estas são algumas ausências que devem ser objecto de reflexão:

⁵⁵ Que não sendo de ocupação política e administrativa, na sua maioria, não deixa de ser uma forma efectiva de colonialismo.



1ª ausência: como se pode evitar a desregulação das economias locais e o aumento da corrupção relacionada com ela e as novas conflitualidades que essa desregulação cria?

O primeiro portal de reflexão diz respeito ao aumento exponencial do custo de vida que as acções de ajuda humanitária e da implementação dos projectos de cooperação para o desenvolvimento têm vindo a implicar. Esta é uma constatação repetida nas diferentes pesquisas. A desregulação da economia através da entrada repentina de enormes quantidades de dinheiro para compra de alimentos de primeira necessidade durante uma emergência culminou na especulação dos comerciantes locais e na escalada dos preços à/ao consumidora/or e no aumento da corrupção da base até ao topo relacionada com isso. Numa outra vertente, o recrutamento de funcionários locais

e da atribuição de salários muito acima da média, ainda que profundamente díspares dos expatriados, criou um desequilíbrio social que suscitou novas conflitualidades, competição e criação artificial de pequenas elites locais. Há um reconhecimento por parte das instituições destes problemas, mas o que parece estar em falta é a construção de protocolos de ajuda humanitária alternativos que mitiguem ao máximo estes impactos muito negativos e que não são corrigidos após o período de emergência. O mercado não se auto-regula e a corrupção não se regenera a partir de dentro.

2ª ausência: como evitar a produção e a reprodução de dependências da ajuda humanitária entre as populações assistidas por ela?

Como é colocado por um membro da equipa desta IAP, a forma como a ajuda humanitária chegou e foi implementada em Cabo Delgado criou um reflexo condicionado de dependência ao invés de proporcionar condições para que as populações pudessem ir reconstruindo as suas vidas através das suas próprias iniciativas e competências.

Uma análise atenta não pode descartar alguns dos factores que impedem uma reacção mais positiva e pró-activa das populações e que estão fora do alcance da distribuição da ajuda humanitária. Por um lado, o trauma. As condições mentais e emocionais destas populações não lhes permite agir como se nada tivesse acontecido. É necessário ter isso em conta e acompanhar a ajuda humanitária de emergência com apoios a este nível. O segundo é a deslocação para fora da sua origem o que rompe os laços familiares e redes de apoio, destrói o sentido de pertença e a capacidade de usar recursos, porventura existentes, por não se estar familiarizado com eles ou, simplesmente, não lhes serem acessíveis porque são privados. Por último e talvez mais importante é a ausência de políticas públicas estatais de acesso à terra e às zonas costeiras e ribeirinhas para que as populações possam produzir comida e fazer os seus pequenos negócios. Face a estes problemas, a chegada da ajuda humanitária tem sido entendida como uma das poucas hipóteses de ver reconhecida a sua tragédia e a oportunidade de poder aceder alguns bens de sobrevivência. Apesar das violências implicadas no processo (como sexo transaccional e corrupção das autoridades e lideranças locais) a ajuda humanitária passou a representar muito mais do que deveria: um dia diferente, com um pouco mais do que nada. Se as dependências criadas são explicáveis e são passíveis de serem compreendidas, a ausência de estratégias mais integrativas e exigentes face às obrigações do Estado na província em face da situação, deve ser entendida como uma das questões a serem debatidas no âmbito do Triplo Nexo.

3ª ausência: como construir abordagens feministas sobre as violências contra as mulheres a partir dos contextos locais e de baixo-para-cima? Por outras palavras, como descolonizar uma visão feminista do 3N?

Consideramos que existe uma ausência na abordagem sobre a violência contra as mulheres e raparigas em Cabo Delgado. É necessário perceber o aumento e a diversificação das violências sexuais e outras cometidas contra as mulheres e as raparigas nestes contextos a partir dos próprios termos das mulheres. A primeira ideia que elas passam é que não há inocentes nos processos de violência. São relatados pelas mulheres os abusos a que são submetidas quer por insurgentes, forças de segurança nacionais e estrangeiras, funcionários de ONG e agências da ONU, autoridades locais ou familiares. Por outro lado, muitos dos abusos e violências narrados também estão para além dos conceitos dos glossários do feminismo *mainstream* e incluem formas de desrespeito e de atentado à dignidade que não são perceptíveis se não houver espaço mental para identificar e valorizar estas divergências cognitivas e emocionais acerca do assunto. Por exemplo: será o sexo por comida, a que muitas mulheres são sujeitas, tão ou mais grave do que o abandono por parte dos maridos quando estamos perante formas de conjugalidade baseadas, não no amor romântico, mas em linhagens e na importância das complementaridades que lhes atribuem estatuto e autoridade na comunidade? Não existem reflexões profundas e sensíveis a este respeito e muito menos projectos e metodologias de pesquisa consistentes. Notamos a ausência de estudos para a instituição de verdadeiras políticas de redução e eliminação das violências contra as mulheres de todas as idades sem que prevaleça o viés do *mainstream de género*, que é, inúmeras vezes, adoptado acriticamente constando apenas como um item obrigatório da *check-list* do acesso a financiamentos internacionais seguido de palestras de tipo proselitista sobre o assunto dirigidas às chamadas ‘beneficiárias’ que, por sua vez, continuam confinadas em silêncios ensurdecedores.

4ª ausência: como ressignificar a oralidade como uma das ferramentas disponíveis para dizer, criar e habitar o mundo e incluí-la nos protocolos de intervenção do Triplo Nexó?

A terceira das ausências identificadas é a irrelevância atribuída à oralidade. Em sociedades com as que existem em Cabo Delgado, a oralidade é central em todas as esferas da vida social. Muitas vezes, apesar da aculturação crescente através da escrita como forma de comunicação institucional, o que vale mais é a palavra que fica dita ou o silêncio da palavra que não se pronuncia. Isso é totalmente aparente no valor dado à conversa no sentido de com-versar, ou seja, de versar a vida através das palavras com os demais humanos. As *sentadas* como são aqui chamadas, são rodas de conversa que servem para trocar ideias, resolver conflitos, fazer terapia de grupo, para trocar confidências, planificar e avaliar. A *sentada* de mulheres é uma instância muito importante para elas tomarem decisões, exercerem a sua autoridade e fazer saber das suas aspirações e problemas muitas vezes expressos nas canções e danças que criam juntas. A importância da oralidade nas relações sociais, e da oratura como literatura, filosofia, arte, pedagogia de passagem de valores e de modos de vida, não pode simplesmente ser apagada ou obliterada por racionalidades como as ocidentais para as quais a escrita é central e as línguas usadas nessa escrita são aquelas que foram herdadas dos processos de colonização política. A ignorância acerca das línguas locais e menosprezo pelo valor da oralidade conforma uma ausência que pode, não só provocar equívocos graves, como não respeita as formas próprias de dizer, se apropriar e habitar o mundo o que é fundamental para a construção das capacidades colectivas.

5ª ausência: como praticar um feminist close reading nas acções do 3N no que respeita às diversas instâncias de poder delas para pressionar e decidir e que, aos olhos ocidentais, são invisíveis?

A ideia de que as mulheres e raparigas em Cabo Delgado são essencialmente vítimas e estão, na maior parte dos casos, ausentes dos processos e estruturas de decisão é apenas uma das camadas da complexidade social local. A generalização dessa ideia sobre as mulheres além de tornar invisível a sua diversidade retira-lhes também poder porque devolve à sociedade um imaginário de mulheres e raparigas dobradas sob o jugo de todos os tipos de mal e incapazes, por isso, de reagir e participar nas transformações que desejam. Elas próprias, através das lideranças locais, que transitam entre os dois mundos – os delas e o da ajuda humanitária e da cooperação ao desenvolvimento –, aprenderam a lição de que vale a pena repetir, minuciosamente, as suas desgraças perante doadores e autoridades para que, com isso, sejam ouvidas e tenham acesso a recursos que, de outra maneira, lhes seriam negados. Sem descurar qualquer uma das violências cometidas contra elas e as discriminações a que estão sujeitas, nos espaços domésticos, comunitários e públicos, é muito

importante procurar perceber quais são as instâncias de poder, legitimidade e autoridade das mulheres nestes territórios para as poder integrar nas acções e intervenções relacionadas com o 3N ou mesmo contribuir para as questionar. Identificámos 4 dessas instâncias de poder que precisam de ser melhor compreendidas para perceber o seu valor disruptivo de uma visão maniqueísta que ora as amalgama e as transforma em puros objectos dos patriarcados de ontem e de hoje ou as celebra como heroínas (Josina, Graça, etc) que nunca caem e nunca choram.

1. A primeira são as cozinhas. Na configuração mais tradicional das cozinhas em Cabo Delgado a cozinha é um espaço anexo à casa. Nelas, as mulheres passam bastante tempo providenciando a comida para a família. Elas descrevem que das cozinhas elas veem tudo e todos e não são vistas (porque ninguém repara nelas) e ouvem tudo. Isso permite-lhes ter uma visão panóptica da situação e recolher todo o tipo de informação vital para usar em caso de haver decisões a tomar.
2. A segunda instância são as *sentadas* onde, a par de realizar alguma actividade de disfarce como a maquiagem de m'siro, praticar o xitiki⁵⁶, tratar das maçarocas do milho, preparar as folhas da matapa ou outra coisa, elas podem falar de tudo sem serem ouvidas. Isso permite-lhes articular acções conjuntas de pressão e de apoio mútuo sem atrair violência para elas. As *sentadas* também resultam como espaços de treino no uso da palavra para poder intervir em outros momentos mais institucionais.
3. O terceiro são os sonhos. Os sonhos das mulheres são considerados uma forma de poder que lhes permite ter um conhecimento privilegiado sobre o que pode vir a acontecer e de como se deve proceder em caso de uma desconsideração ou conflito. Os sonhos das mulheres criam realidades que, mesmo quem alega não acreditar, fica em modo de alerta não vá que aconteça o anunciado neles. Nem todos os sonhos são valorizados nem os sonhos de todas as mulheres; contudo, aquelas que têm o poder dos sonhos, capazes de traduzir realidades tangíveis e intangíveis da vida material do quotidiano, são imprescindíveis para que a harmonia desaparecida com uma qualquer ruptura, se restabeleça. Também esses sonhos indicam caminhos, métodos, fazem avisos que são essenciais para tomadas de decisão na família e na comunidade que digam respeito a elas ou a todas e todos.
4. O quarto é a chamada *sograría* na gestão da sua sexualidade e da maternidade. A decisão sobre o número adequado de filhas e filhos, em muitos casos aqui em Cabo Delgado, cabe às mulheres. Ao contrário do que muitas vezes passa pelo senso comum, de que as gravidezes são quase sempre uma imposição dos homens (que decorre da visão das mulheres como meras vítimas), percebemos em diferentes momentos da pesquisa de como são elas que, não só decidem como, em caso de conflito com o marido/companheiro, elas chamam as mães e as tias maternas – a

⁵⁶ Sistema de aforro colectivo. Para mais detalhes ver; Cunha, Teresa (2011), *A arte de xiticar num mundo de circunstâncias não ideais*, in Teresa Cunha (org.), *Ensaio pela democracia. Justiça, dignidade e bem-viver*. Porto: Afrontamento, 73-97 Cunha.

sograria - para restabelecer a sua autoridade e legitimidade para levar por diante a sua decisão de voltar a ser mãe. Os argumentos das mulheres para agirem dessa forma são vários, entre os quais estão dois principais: a construção da feminilidade e da autoridade na família e na comunidade passa pela maternidade⁵⁷ (biológica ou não); e as filhas e os filhos são a sua segurança na velhice já que o Estado não contribui em nada para ela. É importante ainda compreender e saber que elas conhecem vários recursos, que lhes são acessíveis, para interromper uma gravidez se for esse, o seu desejo. Elas conhecem vários *medicamentos* naturais⁵⁸, mais comumente utilizados na província por não exigirem exposição e gastos. Daqui se pode inferir que elas possuem conhecimentos e recursos para não levar por diante uma gravidez que seja profundamente indesejada. No entanto, a cautela aqui obriga a mencionar que em muitos casos a intensidade da violência sobre elas em contextos de extrema vulnerabilidade como são os raptos, guerra, casamentos de crianças que lhes são impostos elas não conseguem aceder a estes recursos ou sequer decidir seja o que for acerca do seu corpo e sexualidade. No entanto, esta não é a realidade toda e isso é muito importante colocar em evidência.

6ª ausência: como descolonizar e revitalizar o 3N aprendendo com as ferramentas e dinâmicas locais de resolução de conflitos e de construção da paz que se fundam em racionalidades e estratégias distintas daquelas que preconizamos a partir de fora?

Este é um assunto de suma importância no actual contexto de Cabo Delgado e até do país que vive, neste momento uma grande convulsão. Sabemos que cada cultura tem um acervo próprio de mecanismos de resolução de conflitos e de restauração das harmonias e das condições necessárias para viver colectivamente. O desapareço cognitivo acerca desta riqueza epistemológica que, potencialmente conduz ao seu desaparecimento, empobrece, drasticamente, as capacidades colectivas para viver em paz. Também sabemos que a pluriversidade das racionalidades presentes no

⁵⁷ Não sendo o objectivo deste documento discutir o conceito de maternidade é importante, de todo modo referir, que não se pode avaliar ou trasladar o que pensamos ser os ideais ocidentais quer conservadores quer progressistas do significa ser mãe e como esta é exercida nestes contextos. Para mais detalhes ver: Sesma, Anne Gracia (2023), 'Economía , Poder y Género em Mozambique: Mujeres macua creando resistências em la era global'. Granada: Universidad de Granada, Tesis doctoral.

⁵⁸ Entre eles está a água obtida através da fervura da casca do frangipani (*Plumeria rubra*) ou o chá obtido pela fervura da planta conhecida aqui por beijo de mulata.

mundo não se rege nem coloca em prática uma única ética nem uma única narrativa. As pedagogias e as estratégias que destes acervos plurais derivam são, também elas, pluriformes. Por outro lado, circulam e dialogam em vários momentos diferentes formas dessa pluralidade, ou seja, não são construções sociais fechadas e imutáveis, mas porosas e reconfiguráveis tanto táctica quanto estrategicamente segundo a avaliação de cada caso.

A importância dos recursos culturais endógenos e dos estatutos sociais

Para a construção da paz, sem a qual não se consegue chegar a viver bem e que está muito para lá da ajuda humanitária, identificam-se estes recursos endógenos e estatutos sociais que deverão ser melhor compreendidas em pesquisas colaborativas posteriores:

A importância da idade e/ou da experiência e o reconhecimento desta pela comunidade

Entre Makuwas existem figuras de autoridade baseadas na experiência e/ou na idade que provêm da linhagem feminina: o **húmus/ndjomba**⁵⁹, o irmão mais velho e **untele ntale/nalombo**⁶⁰ se for uma irmã ou prima do lado materno. Podem ser pessoas fora da família a quem é reconhecida essa autoridade e experiência também. São essas pessoas que são chamadas a ouvir, mediar e facilitar diversos conflitos familiares e comunitários.

No caso da cidade de Pemba uma mulher - Maíncha Pitarra - durante décadas foi quem mediou e arbitrou muitos conflitos familiares e comunitários e o seu reconhecimento sempre foi público colocando em evidência que a escala de resolução pacífica dos conflitos não se esgota na família directa nem nos membros masculinos dela.

⁵⁹ Ndjomba nas sociedades makondes.

⁶⁰ É preciso investigar mais o estatuto destas senhoras pois estão acima das matronas dos ritos de iniciação.

A importância das linhagens para o diálogo inter-grupos, a coesão social e as economias de reciprocidade

Contrariando a centralidade dos conceitos de *etnia* ou grupo *etno-linguístico* (mostrando a necessidade de descolonizar as nossas categorias e conceitos) para identificar e categorizar grupos sociais de forma fechada e definitiva surgiu, na nossa IAP, o conceito de *linhagem* sendo a a conformação social mais importante em Cabo Delgado. As linhagens, ao contrário de *etnia* ou grupo *etno-linguísticos* são entidades sociais dinâmicas, híbridas, polifónicas onde se cruzam clãs, idiomas, hábitos e práticas para constituírem um conjunto coeso, com um forte sentido de pertença e com práticas de mutualidade nas diversas esferas da vida material e espiritual. Todas as capacidades colectivas provindas dos processos de construção de uma linhagem parecem fundamentais para a coesão, diálogo, lidar com o diferente sem criar alteridades exclusivas.

No contexto de norte de Moçambique as linhagens constituem-se a partir de um mesmo ventre materno ancestral (*likola* em Makonde / *nihimo* em Emakhuwa). Não obstante, a linhagem paterna também não é deixada de lado. A título de exemplo, quando alguém pergunta pela linhagem de uma pessoa a resposta é normalmente: eu sou de Ku lykola (parte materna) e de Ku kuvalekwa (parte paterna).

A importância das Sentadas: sentar, conversar para desatar os nós e para que nada fique por dizer

Entre Makondes existe um ritual fundamental para se ultrapassarem os conflitos: o *yangalala*. Ele é descrito como uma *sentada* a qual é convocada e realizada quando existe a necessidade de lidar com algum conflito ou resolver algum problema mais sério entre membros da mesma linhagem. É um espaço seguro e privado no qual só têm lugar as pessoas relevantes para o assunto a tratar. Ao se fazer referência a esta prática é usada a expressão, *desatar os nós*, ou seja, expressar as angústias, dúvidas, ressentimentos, desejos para que, como ouvimos, *nada fique por dizer* e se recrie um ambiente de confiança e respeito entre todas/os e seja a base para um entendimento colectivo e para a resolução dos conflitos ou problemas que estavam instalados. Já entre Makhuwas acontece algo semelhante que recebe o nome de *Muapua-rethe*.

A importância da materialidade da cura e da história delas: Os corpos das mulheres, a sua criação musical e a dança em colectivo, COMO INTERRUPÇÕES terapêuticas, a expressão de memórias divergentes e uma forma de participação no espaço comunitário e público

Uma estratégia muito poderosa de lidar com o cansaço mental e/ou os traumas são as ocasiões criadas por elas para dançarem e cantarem juntas. Parar com as obrigações diárias ou a espera que nunca acaba (a espera para voltar a sua casa, no caso das deslocadas) para se reunir, cantar e dançar representa, em si mesmo, uma interrupção terapêutica, de intensa inter-subjectividade e criatividade. A dança são os seus corpos a falar que, com as palavras das canções que criam, são expressões das memórias que elas não querem esquecer e que desdizem a ortodoxia acerca delas e da sua irrelevância social. Torna-se ainda mais significativo quando elas usam as mesmas capulanas com que cobrem os seus corpos e fazem os seus turbantes. Todas de igual, representando unidade e coesão elas são corpos falantes e que são entendidos, nos seus contextos, que são aqueles que importam. Elas também respondem umas às outras cantando e dançando quando não concordam entre si, usando a ironia e a argumentação. Foi notável num encontro entre dois grupos de mulheres que cantam e dançam, a forma como a certa altura dialogaram para mostrar que não estavam de acordo. Um dos grupos cantou e dançou para dizer que quando a mulher sai de casa para ir capinar ela esquece os males que passou na guerra; o outro grupo respondeu com outra música e dança afirmando: mesmo quando se vai capinar e vai dormir nunca se esquece a casa que deixou por causa da guerra. O primeiro grupo, de um centro de reassentamento de Metuge é constituído por mulheres que já decidiram ficar e estão refazendo as suas vidas ali. O segundo do bairro da Maringanha é de mulheres deslocadas confinadas num pequeno espaço do qual não têm conseguido sair⁶¹. Elas

⁶¹ Ver aqui os textos usados nas duferenes línguas: **Em Kimwani por mulheres de Maringanha:** Siriwala, cukaia sirawala, kua mama siriwala; Pody to kuNipa insere tukwipika tukurya so cukaia siriwalaaa; Pody to kuNipa nhumba tokwikala so cukaia aturiwala. **Em Português:** Não esqueço, da minha casa não esqueço, na mamã não esqueço; Pode me dar arroz, vou comer, mas de casa não esqueço; Pode me dar casa vou viver, mas da minha casa não esqueço. **Em Emakhwa por mulheres de Metuge:** Kina ona utchukula untchukulelani, ncouani vathiva; Utchisse ihipa urwe umatani ualime ikhoto uliyale. **Em Português:** Estou a te ver triste, porque estás triste, levanta aí do chão; leva a enxada vai à machamba capinar para esqueceres a guerra.

cantam e dançam tanto para si como para outras audiências. É assim, de forma segura, que elas também passam as suas mensagens e participam activamente na construção da estória delas e da sua província.

A vergonha social versus a punição

Ao contrário da lógica prevalecente na racionalidade ocidental a que cada delito, conforme a sua gravidade, corresponde uma punição, seja no seio da família ou através das instâncias judiciais, entre as sociedades Makhwas existe um ritual que corresponde a uma forma distinta de lidar com os conflitos provenientes de diferentes delitos, nomeadamente cometidos por homens. Este ritual é denominado de *unannamuali*. No primeiro caso, qualquer homem que seja sujeito a este ritual fica exposto a uma vergonha social que se pretende seja decisiva para a alteração drástica da sua conduta e se reponha a serenidade e a harmonia esperadas. O *unannamuali* é o ritual mais elevado das mulheres em que a irmã mais velha é convocada para se despir totalmente perante as outras, ou no caso, perante o seu irmão. A nudez de uma mulher mais velha é audaz e, ao mesmo tempo extremamente pungente e embaraçosa. Ao ser obrigado a ver os genitais da sua irmã é humilhado e despojado de poder. Com a vergonha passada espera-se que ele entenda a força do poder dela e da decisão dela para que se cesse com os delitos cometidos por ele e os conflitos que daí advêm.

Aconselhar para prevenir

O *unannamuali* também é utilizado como um ritual de aconselhamento dos casais que se pretendem casar para que se preparem para uma vida em comum e conheçam as regras de boa convivência e respeito mútuo. É um espaço de prevenção de conflitos a nível conjugal.

A ironia e a persuasão versus punição

O controlo social dos comportamentos, existe em todas as sociedades e é muito importante para manter a coesão social e uma harmonia que significa confiança e segurança sobre o que se espera e o que se obtém das outras pessoas. No caso de os comportamentos se considerarem desviantes ou desadequados e poderem ameaçar essa harmonia, nas sociedades Makondes pode-se utilizar a pedagogia do *uvilo*. O *uvilo* é uma espécie de *performance* que usa a ironia e que é levada a cabo por grupos de pessoas exteriores à família ou membros mais afastados do núcleo familiar que está, com as suas atitudes e condutas, a romper a paz desejada. O grupo externo insere-se na vida quotidiana

da família ou comunidade desavinda através das tarefas do dia-a-dia que ajuda a realizar durante as quais vai revelando, de forma sarcástica, protagonistas, conflitos, causas dos conflitos pondo a claro o enredo conflitual e elevando a tensão entre as pessoas envolvidas no conflito. Essa estratégia tem como objectivo envergonhar e persuadir as/os responsáveis que ouvem e veem toda a performance a mudarem de atitude e a fazer o que for necessário para criar as condições para que se restabeleça a harmonia e a paz. Se isso não for conseguido com esta estratégia o *uwilo* prossegue com um segundo protocolo de resolução de conflitos que se realiza a partir da convocação das pessoas responsáveis pelas discórdias a deixarem o grupo e a recomeçarem de novo em outro lugar onde os ressentimentos que provocaram não as/os possam atingir e para que as mágoas das/os que se sentem lesados se possam curar.

A figura e o papel da Mbuadigwe Mwaly⁶²: o cuidado e a protecção entre as mulheres

A transição da fase de criança para adulta está coberta de muitos mistérios e rituais para a sociedade reconhecer consagrar a adultez de uma pessoa. O crescimento, neste sentido, foge aos parâmetros convencionais eurocêntricos ou ocidentais por não ser sincrónico e muito menos linear, pois não depende da idade biológica, mas sim, da experiência de vida, comportamentos e o tipo de rituais a que a pessoa foi sujeita ou se sujeitou. Este acesso à idade adulta não está isento de estereótipos que valorizam a construção da masculinidade em detrimento da construção da feminilidade. Por exemplo é comum ouvir: *n'nume anachepa* (em Makonde) ou *nlopuana kanheva* (em Emakhwa) o que significa que um homem (no sentido de macho humano) nunca é pequeno por mais pequeno que seja o seu corpo. Nas sociedades Makondes o estatuto de pessoa adulta, tanto para homens como para mulheres pressupõe a passagem por rituais necessários ou mesmo obrigatórios, sendo escalonados no tempo e realizados em espaços culturalmente aceites. Dentre eles existe o *lykumbi* (ritos de iniciação masculina) e o *inğoma* (ritos de iniciação feminina). Porém é importante referir que *inğoma* significa também dança, pois, a palavra deriva de uma outra, *lygoma*,

⁶² A opção de uma explicação mais detalhada sobre a figura e o contexto de acção da *mbuana* ou *mbuadigwe mwaly* tem que ver com a ideia muito difundida entre os feminismos liberais e de recorte ocidental de que os rituais de passagem são sempre instrumentos de opressão patriarcal sobre as mulheres. Não pretendemos negligenciar de forma nenhuma os elementos discriminatórios e opressivos existentes nestas celebrações, mas sim, apresentar, de forma mais completa, os contextos e as *nuances* ditas pelas próprias pessoas das sociedades Makondes de maneira a permitir compreender melhor que recursos para o poder das mulheres e para a resolução dos conflitos com um forte protagonismo das mulheres estão aí inscritos.

que significa batuque ou tambor. Prestamos aqui maior atenção ao *inğoma* que é um dos mais importantes espaços educativos sobre o poder feminino e de aprendizagem sobre quais os comportamentos considerados disruptivos. Este ritual feminino é constituído por três outros que são: o *shipitho*, que representa a passagem da meninez para a vida adulta; o *nkamango* que fecha o ciclo educativo e da consagração da vida adulta; e termina com o *kudjaluka* que representa a celebração da vida adulta e que funciona como uma espécie de graduação final. Neste contexto, a figura de *mbuana* ou *mbuadigwe mualy*, que traduzindo literalmente significa amiga da virgem ou cerimonianda, pode equivaler à ideia de uma *madrinha* que tem inúmeras responsabilidades quanto à educação, cuidado e protecção da sua *afilhada* e, pela vida fora, representa a união entre as mulheres de várias gerações e uma instância de protecção e aconselhamento.

Por diversas razões⁶³ a figura de *mbuana* ou *mbuadigwe mualy* é crucial no processo de pacificação e resolução pacífica de conflitos que envolvam mulheres no âmbito da família ou comunidade na

⁶³ Apesar de longa, a explicação mais detalhada dos rituais em que esta madrinha intervém e que são fonte da sua autoridade e legitimidade ajuda a compreender as potencialidades do seu papel social na mediação de conflitos e também na educação e empoderamento ou controlo das mulheres. Um dos ritos em que este papel de protecção e sororidade é manifestado é na cerimónia de saltar o fogo. O fogo neste sentido simboliza o elemento de eliminação de alguma atitude ou comportamento infantil, próprio da criança, que não se deverá repetir na vida adulta da rapariga. O salto do fogo é acompanhado por batidas com ramos de árvores no corpo da menina por parte de elementos da sua família, mulheres e homens, e que representam os seus maus comportamentos durante a sua infância. A sua *mbuana* ou *mbuadigwe mualy* acompanha-a durante toda a cerimónia segurando a mão da menina e imprimindo velocidade para reduzir o impacto dos castigos que vêm das duas fileiras de familiares e outros elementos da comunidade presentes. Este ritual além de representar a sororidade entre as mulheres de várias gerações, pois vão juntas saltar o fogo e passar pelo tormento das chicotadas de ramos de árvores, pretende significar que a vida é feita de obstáculos e que é necessária força de vontade, muitas vezes sacrifícios, para os contornar ou vencer e, ainda, que não estamos sós nessas dificuldades. Os obstáculos vividos publicamente durante o *shipitho* vai desaguar no *Nkamango* que é um lugar privado e de poder feminino de educação para as iniciantes e reeducação para aquelas que ainda mantêm comportamentos considerados indesejáveis. A *mbuana* ou *mbuadigwe mualy*, durante todo o período em que duram as cerimónias de passagem da sua *afilhada* (30 a 45 dias), tem que se abster de ter relações sexuais, não pode sair da casa onde fica com a *afilhada* e tem que se dedicar inteiramente à sua educação para a vida adulta. A importância e o poder desta figura feminina e do seu estatuto na sociedade Makonde decorre do reconhecimento público das suas capacidades de responsabilidade, de auto-disciplina e cuidado para com a sua (suas) *afilhada* (as). Este reconhecimento público faz-se por interposta pessoa, ou seja, na cerimónia *shipitho*. É a menina que vai provar que a sua *madrinha* foi fiel aos preceitos de responsabilidade, abstinência sexual, protecção e educação dela. Em público, a sua testa é ungida com algumas gotas de óleo sendo que este deve escorrer passando pelo centro do nariz e, sem se desviar, ir até à boca. Este rito realiza-se no dia de *kudjaluka* e chama-se *Kupaka mautha* que pode ser traduzido por esfregar o óleo. Se o óleo se desviar do caminho isso

medida em que, as suas funções não se esgotam na transmissão de conhecimentos e habilidades para viver uma vida adulta feliz, pois também é conselheira durante e depois dos ritos de passagem. É a interlocutora e mediadora privilegiada das raparigas perante as suas famílias quando algum tipo de conflito surge.

Viver bem significa ter, tanto com recursos materiais quanto espirituais

Há um conflito cognitivo entre as formulações do que é o desenvolvimento, mesmo aquelas que se consideram mais progressistas e/ou críticas, e a forma como as pessoas em Cabo Delgado, sobretudo as pessoas das comunidades rurais e/ou das periferias das cidades, expressam a sua aspiração de vida boa para elas e para o país. A expressão em português mais utilizada é *Viver Bem* e vai muito além das materialidades e até daquilo que consideramos a justiça social. Na forma como aparece nos discursos é tão importante ter escola, hospital e emprego, comer da sua própria machamba⁶⁴, como dormir bem, viver sem medo, não ser obrigada a fazer coisas que não se desejam ou ter a companhia de um marido. Há nesta aceção local de *Viver Bem* uma mistura entre benefícios que a modernidade ocidental trouxe ou pode trazer e outros elementos que representam bens inalienáveis dos quais não se querem separar. É de notar que nunca foram usados conceitos como género, igualdade de género, ou violência baseada no género, segurança (no sentido militar ou policial), crescimento, indústrias, riqueza. O achado principal desdobra-se em dois intimamente relacionados: é preciso escutar atentamente o que faz sentido para as pessoas daqui viverem bem e praticar a humildade epistemológica não dando como certo que a palavra desenvolvimento se pode reformar a ponto de captar tudo aquilo a que todas e todos aspiram.

Subtrair-se ao controlo do estado moderno é uma forma secular de prevenção de conflitos

Em Cabo Delgado a partir da perspectiva local, a implementação de um Estado moderno e democrático, tem sido vista e sentida como, uma forma alienígena relativamente aos os seus

significa que a *madrinha* não exerceu devidamente o seu papel e é destituída do seu poder incorrendo ela, e a sua família, numa séria vergonha social.

⁶⁴ Nome atribuído ao terreno de cultivo onde se produzem os alimentos e se têm as árvores de fruto.

sistemas costumeiros de governação. Além disso, a experiência dos últimos 50 anos de independência política, tem sido extremamente problemática⁶⁵. Há mesmo um provérbio Makhwa muito explícito da atitude face a coisas ou pessoas que não inspiram total confiança: *observa com um olho só; escuta com uma única orelha; e responde com metade da boca*. Uma das estratégias existentes para a resolução dos conflitos é subtrair-se ao seu controlo através de múltiplas formas: não cumprindo, sistematicamente, regras e leis, mantendo os seus rituais ancestrais, rejeitar a sua mediação em muitos assuntos, não comunicando com ele ou manipular as suas instituições em seu favor e dos seus interesses. Estas ambiguidades relativamente às relações das populações com o Estado devem ser bem compreendidas para se poderem dimensionar de forma mais adequada os diálogos entre as instituições presentes nos territórios.

⁶⁵ Sobre este assunto ver, entre muitos outros: Cruz e Silva, Teresa; de Araújo, Manuel; de Souto, Amélia Neves (2015), *Comunidades costeiras: perspectivas e realidades*. Maputo: Centro de Estudos Sociais Aquino de Bragança e Fundação Friedrich Ebert Moçambique; Pérez, Jesús Marty (2005), 'Linaje, administración colonial y partido FRELIMO: Antropología del poder de las comunidades Makonde del norte de Mozambique', Tesis Doctoral, Universidade da Coruña, Departamento de Humanidades, Volumen I.

8 Recomendações



A nível político

Recomenda-se que as organizações que desenvolvem as acções do Triplo Nexo promovam junto dos actores estatais e suas instituições intervenções no sentido de responsabilizar o Estado acerca da necessidade de implementar políticas públicas concretas, consistentes e adequadas de acesso à terra, a democratização da sociedade, o integral respeito pelos direitos de cidadania, o direito à memória e à verdade e o acesso à justiça, ao usufruto equitativo do Bem Comum. Sem políticas públicas nestes e em outros âmbitos, o 3N será apenas um remendo cujos impactos não terão nem sustentabilidade nem poder transformativo;

- Se recomienda que el triple nexo sea un debate menos técnico y más político. En lugar de instrumentalizar la apropiación y una localización de la ayuda al servicio de los intereses de los grandes donantes, hay que avanzar en enfoques y marcos más críticos, más multiescalares, menos técnico, más políticos y que interpreten mejor las complejidades de los intereses, de los actores y sus actuaciones;
- Se recomienda profundizar los significados múltiples del giro local, la apropiación, la resiliencia y la localización de la ayuda, y tener en cuenta los riesgos de instrumentalizar la agencia local y de las
- ONG internacionales;
- Se recomienda tener claro que la deformación del objetivo de la cesión del 25% de la ayuda internacional a los actores locales, que más que promover la apropiación local de los procesos HDP, está sirviendo para que las ONGI participen de la agenda dominante que es la del norte global;

Para o desenvolvimento como Viver Bem

- Recomenda-se a concepção de protocolos de ajuda humanitária alternativos que mitiguem ao máximo a desregulação das economias locais com o conseqüente aumento do custo de vida e que nunca é corrigido após o período de emergência. O mercado não se auto-regula e a corrupção não se regenera a partir de dentro;
- Recomenda-se não apenas uma reflexão profunda sobre as causas da dependência e os efeitos assim como desenvolver a imaginação social e as articulações e os diálogos com as instituições do Estado nacional, responsabilizando-o e apenas complementando aquilo que lhe compete fazer, de modo a superar estes mecanismos de dependência;

Para garantir um lugar central das mulheres no 3N

Recomenda-se colocar as violências contra as mulheres e as raparigas no centro da implementação do 3N através de projectos de intervenção que partam e valorizem os conceitos endógenos de violência, dignidade, felicidade, emancipação das mulheres assim como os seus modos de resistência e de superação através de abordagens críticas e descolonizadoras do *mainstream de género*. Para compreender as experiências e dar um sentido realista às análises feitas sobre a guerra e a violência é preciso compreender quais as condições de vida e as relações de poder entre mulheres e homens concretas e culturalmente contextualizadas. Muito antes que a guerra comece e como as violências aumentam e se ‘normalizam’ depois de assinados os acordos de paz;

- Recomenda-se descolonizar, aprofundar o conhecimento das instâncias de poder, legitimidade e autoridade das mulheres dentro das suas culturas e modos de vida para basear as acções de intervenção na sua agência e conhecimentos. A generalização da ideia das mulheres como meras vítimas dos patriarcados locais além de tornar invisível a sua diversidade retira-lhes também poder porque se devolve à sociedade um imaginário de mulheres e raparigas dobradas sob o jugo de todos os tipos de mal e incapazes, por isso, de reagir e participar nas transformações que desejam. O presente *mainstream de género* não deixa de ser uma visão profundamente colonial sobre as mulheres de Cabo Delgado;

A nível epistemológico e conceptual

- Recomenda-se que se reconfigurem normas e procedimentos, pedagogias e metodologias de trabalho no campo que deem a devida importância à oralidade e à oratura como filosofia, arte, pedagogia de passagem de valores e de modos de vida, pois fazem intrinsecamente parte das relações sociais locais. Há ainda que questionar de forma clara a imposição da escrita como única forma de comunicação e registo válida e criar novos instrumentos e suportes que não oblitarem a oralidade; Se recomienda La importancia de trabajar lo local “desde abajo” e desde las particularidades de cada territorio, y la importancia de trabajar el triple nexo en lo comunitario e en lo local, pero también en las otras escalas nacionales, regionales e internacionales;
- Recomenda-se vivamente a tradução de um documento como este para Emakwa, uma das línguas mais faladas em Moçambique para que mais pessoas, sobretudo as que foram

envolvidas directa e indirectamente neste projecto pudessem ter acesso a ele e sentirem pertencentes a estes processos aqui trabalhados;

Para a construção da Paz

- Recomenda-se a descolonização dos estudos da paz e do desenvolvimento *provincializando* os conhecimentos e as normas que longe dos contextos concretos vão sendo exportados e impostos à implementação do 3N. Los actores gubernamentales, los no gubernamentales, y las comunidades no manejan el mismo concepto de paz. Sabemos que cada cultura tem um acervo próprio de mecanismos de resolução de conflitos e de restauração das harmonias e das condições necessárias para viver colectivamente. O desapareço cognitivo acerca desta riqueza epistemológica que, potencialmente conduz ao seu desaparecimento, empobrece, drasticamente, as capacidades colectivas para viver em paz;
- Las diferencias étnicas y religiosas están tratando de ser instrumentalizadas a través de los discursos de odio por las partes enfrentadas en el conflicto, tratando de crear divisiones donde no existían. Hay que potenciar la importancia de los linajes y su fuerte sentido de pertenencia para el diálogo intergrupar, la cohesión social y la solidaridad material;
- Hay que trabajar la memoria, la verdad, la justicia y la reparación, apoyándose en las capacidades propias. Hay prácticas restaurativas, menos punitivas, basadas en mecanismos alternativos de resolución de conflictos;
- Se recomienda abandonar enfoques minimalistas al servicio de agendas dominantes, y apostar por enfoques maximalistas “do good” con mayores potencialidades para la apropiación verdadera de los procesos de paz y desarrollo por parte de las sociedades locales.
- Recomenda-se que as agências das Nações Unidas e as organizações da sociedade civil humanitárias e ONGs aloquem sempre uma parte dos recursos destinados à ajuda humanitária para programas de construção da paz e de mediação entre as partes em conflito. Uma acção não deveria nunca fazer-se sem a outra para que mudanças mais estruturais e estruturantes aconteçam;

Considerações finais

O continente africano e, conseqüentemente as e os africanas/os, tem sido ao longo dos últimos 5 séculos o lugar do mundo mais vilipendiado, oprimido e explorado. A acção esmagadora do colonialismo por ocupação ou as contemporâneas formas de colonização que se abatem sobre ele e sobre as suas populações, entre os muitos impactos e desgraças conhecidos, têm tido, entre outros, o efeito perverso de quebrar ou distorcer a auto-estima das pessoas. Cabo Delgado e Moçambique não são excepção. A destruição cultural tem sido uma das formas mais perniciosas de colonialismo, que tem levado a que as e os habitantes da província de Cabo Delgado ainda se refiram às suas línguas como dialectos e qualifiquem as suas práticas e modos de vida ancestrais como coisas, ou sem importância, ou a superar para se ‘modernizarem’. O embaraço que podem sentir ao revelar os seus rituais, as suas cosmovisões e ferramentas sociais para conseguir viver bem e em paz corresponde, simetricamente, à felicidade de descobrir que tudo o que aprenderam desde crianças na família, afinal são recursos valiosos de diversidade, de conhecimentos, não apenas úteis, mas necessários. São ideais e conceitos que enriquecem as suas vidas e as vidas de quem aprende com elas e com eles. Centenas de anos de aniquilamento sócio-político, económico e cultural devem ser superados substantivamente. Isso é descolonizar o pensamento, o conhecimento e as práticas. Como Amílcar Cabral sempre defendeu, *a libertação é um acto de cultura*. Por outro lado, aprendemos que uma descolonização feminista nos suscita igualmente a problematizar e a reflectir sobre tudo o que, por acção da herança iluminista e positivista, e porque não dizê-lo, patriarcal, tem sido sistematicamente desvalorizado e qualificado de *antiquado, menor, risível*. Foram assim qualificados os territórios e as pessoas e, dentre estas, aquelas que sofrem sempre uma dupla falha ontológica: as mulheres. Quantos rituais e ferramentas culturais de resolução e transformação pacífica dos conflitos ainda estão no substracto das nossas culturas que nos poderiam ajudar a avançar e a revitalizar o nosso património para fazer as pazes? Quantos lugares de legitimidade e autoridade foram sendo destruídos? Como defendemos, o privado também é político e, como tal, a mais sensível ou pequena ferramenta de paz tem, em si, potencialidades para ser ressignificada e utilizada a um nível social mais amplo promovendo melhores e maiores diálogos entre as instituições presentes em cada contexto. O lugar mais invisível, porque escondido, de autoridade feminina é um campo de potência que não pode ser desperdiçado.

Contudo, as tarefas não acabam com o reconhecimento do que ainda existe ainda que coberto por séculos de indiferença, descaso, negligência e despreço. É, igualmente indispensável, não negligenciarmos os elementos sociais e materiais discriminatórios que quaisquer práticas locais e/ou costumeiras contêm ou podem conter. Por isso, cabe-nos fazer ainda um duplo exercício de

descolonização que consiste: em primeiro lugar conhecer e valorizar o que culturalmente continua activo e a ser determinante na vida das pessoas, o sentido que fazem do Mundo de da vida, renunciando à uma pretendida universalidade de conceitos e ferramentas concebidas de fora-para-dentro e de cima-para-baixo; e, em segundo lugar, que é o caminho mais desafiador e difícil, que ainda nos falta percorrer conjuntamente, é questionar e reinventar, a partir de dentro e de baixo, estas práticas endógenas de forma a que elas possam ir mais além no sentido da justiça, inclusão e emancipação para e de todas e todos.

Estes são os desafios que precisamos deixar claramente enunciados enquanto equipa e enquanto companheiras e companheiros no caminho da descolonização epistemológica para uma justiça global e um mundo onde todas e todos caibam e possam ser felizes.

Não existem investigações definitivas e terminadas. Pelo contrário, cada uma delas nos incita a mais perplexidades e perguntas tais como:

- Como prosseguir o caminho da descolonização epistémica e feinsta para a criação de novos paradigmas e sistemas de conhecimentos mutuamente significantes e que combatam, persistentemente, a invasão e ocupação epistemológica por uma parte do mundo sobre a outra parte;
- Como aprofundar conhecimentos e práticas inter-escalares; desenvolver ferramentas que permitam transitar entre a escala familiar e comunitária e a escala de políticas públicas mais abrangentes e tornar as distintas esferas mais eficazes e inclusivas. O que podemos aprender tanto do que culturalmente continua activo e determinante a nível local e o que é necessário fazer e garantir a nível regional nacional e até internacional.

Não sendo estes debates novos eles continuam a ser necessários para prosseguir uma perspectiva decolonial e feminista que é o que este nosso trabalho propõe desde o início.

